

ÍNDICE

1. INTRODUÇÃO

2. OPÇÃO ESTRATÉGICA

A Regeneração Urbana das Vilas de Castelo de Paiva.
Viver – Trabalhar - Visitar

2.1. Desenvolvimento económico-social do Concelho

2.1.1. Enquadramento

2.1.2. Diagnóstico

- a. População; Parque habitacional
- b. Sistema educativo
- c. Dinâmicas socio-culturais
- d. Contexto económico
- e. Rede viária e acessibilidades; infraestruturas e Ambiente; Planeamento territorial

2.1.3. Caracterização paisagística

2.2. Perspectiva Estratégica

3. ESTRATÉGIA DE INTERVENÇÃO

Para uma Regeneração Urbana integrada

3.1. Áreas de intervenção

3.1.1. O espaço da acção

3.2. Linhas estratégicas de desenvolvimento

3.3. Modelo de gestão da estrutura de intervenção e execução

4. INTERVENÇÕES PROGRAMADAS



1. INTRODUÇÃO

O PROCESSO REGENERATIVO - A VALORIZAÇÃO DA SUA IDENTIDADE E MAIS-VALIAS- É ENTÃO ENCARADO COMO UMA OPORTUNIDADE DE DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO E SOCIAL, ENQUANTO MOTOR DE UMA NOVA COMPETITIVIDADE E ASSEGURANDO O CRESCIMENTO SUSTENTÁVEL DO CONCELHO, GARANTINDO A QUALIDADE DE VIDA DOS CIDADÃOS.

ATTRACTIVIDADE, MODERNIDADE E DINAMISMO PASSAM A PALAVRAS DE ORDEM NA AFIRMAÇÃO DO CONCELHO, REPOSICIONANDO-O NO CONTEXTO REGIONAL E NACIONAL.

Representante de uma abordagem integrada e actual do concelho de Castelo de Paiva, o presente documento constitui uma Visão Estratégica para o Concelho, capaz de promover a sua Regeneração Urbana, garante de uma maior qualidade de vida para os seus habitantes e todos aqueles que aqui depositam as suas expectativas.

Trata-se de um documento capaz de traçar políticas estruturantes e estruturadas para o Município, conducentes de um desenvolvimento sustentável.

Desenvolvimento sustentável assente numa vontade proactiva de construir um futuro para o Concelho, atractivo e dinâmico, consciencioso da necessidade de reavivar a sua identidade, valorizando as potencialidades que este tem para nos oferecer.

A Regeneração Urbana do Concelho surge assim como motor para um futuro que, a médio e longo prazo, garanta o necessário equilíbrio entre o novo e o velho, promovendo melhores condições para a qualidade de vida dos nossos Cidadãos.

O documento aqui exposto é então entendido como uma oportunidade e, conscientemente, um desafio, para (re)pensar o futuro de Castelo de Paiva, promovendo a criação/ transformação de espaços de qualidade para a fruição pública e, simultaneamente, oportunidades concretas de desenvolvimento económico, social e cultural.

A ideia de apontar um caminho trilhado e orientado para a modernização do Concelho surge numa óptica de processo sistémico, consequente de uma análise prospectiva, merecendo particular relevância a necessidade de um diagnóstico face ao contexto em que se insere.

Desta forma, e partindo de uma abordagem cuidada ao território administrativo de Castelo de Paiva, este documento visa a definição de um Objectivo a atingir e dos Eixos de Desenvolvimento conducentes à sua execução; aqui, a visão estratégica iminente para um desenvolvimento sustentável, resultará de um conjunto de medidas e acções de planeamento, assentes na produção de recomendações e orientações estratégicas para diferentes domínios.

Assim, a Regeneração Urbana que se pretende para o Concelho estará assente numa série de opções estratégicas capazes de valorizar o passado e, simultaneamente, qualificar o futuro, bem como no planeamento das intervenções:

- Estabelecendo objectivos;
- Definindo prioridades;
- Estabelecendo modelos de execução, de possíveis financiamentos e incentivos;
- Articulando as medidas estratégicas com possíveis alterações aos instrumentos de planeamento e gestão territorial vigentes no Concelho (PP's, PU, PDM)

Assim, a Visão Estratégica aqui apresentada remete para um modelo de estrutura espacial do território, onde as políticas de gestão urbanística induzem a uma a requalificação do espaço, através da reabilitação urbana e a implementação de projectos estratégicos, qualificando o espaço urbano e a própria transformação do Concelho.

O processo regenerativo - a valorização da sua identidade e mais-valias- é então encarado como uma oportunidade de desenvolvimento económico e social, enquanto motor de uma nova competitividade e assegurando o crescimento sustentável do Concelho, garantindo a qualidade de vida dos cidadãos.

Atractividade, Modernidade e Dinamismo passam a palavras de ordem na afirmação do Concelho, reposicionando-o no contexto regional e nacional.

2. OPÇÃO ESTRATÉGICA

A REGENERAÇÃO URBANA
DAS VILAS DE
CASTELO DE PAIVA
VIVER- VISITAR-TRABALHAR

ESPAÇO PARA VIVER, MOLDADO EM FUNÇÃO DAS VIVÊNCIAS DA POPULAÇÃO RESIDENTE E PARA UMA MAIOR CAPACIDADE DE ATRACÇÃO SOBRE NOVOS RESIDENTES.

ESPAÇO PARA TRABALHAR, DINAMIZADO PELA CONJUGAÇÃO DE ESPAÇOS EMPRESARIAIS E INDUSTRIAIS COM ESPAÇOS COMERCIAIS E DE SERVIÇOS, FOMENTANDO UMA DINÂMICA ESTRUTURADA DE CRIAÇÃO DE RIQUEZA, VALOR E EMPREGO.

ESPAÇO PARA VISITAR, ASSOCIADO A UM DINAMISMO DAS ACTIVIDADES ECONÓMICAS, INCREMENTANDO, TANTO A NÍVEL DE QUANTIDADE COMO DE QUALIDADE, OS PÓLOS DE ATRACTIVIDADE TURÍSTICA: IMINÊNCIA DE ESTRUTURAÇÃO DE UMA REDE DE ORGANIZAÇÃO PROFISSIONALIZADA CAPAZ DE FOMENTAR A ATRACTIVIDADE TURÍSTICA ATRAVÉS DE UMA DENSIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS DE APOIO ÀS ACTIVIDADES, BEM COMO A VALORIZAÇÃO DE PATRIMÓNIO CULTURAL, TRADICIONAL, GASTRONÓMICO E PAISAGÍSTICO.

2. 1 DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO-SOCIAL DO CONCELHO

Como ponto de partida para a elaboração de uma Visão Estratégica para o Concelho de Castelo de Paiva, tornou-se fundamental construir uma abordagem crítica à situação do território, percebendo as dinâmicas associadas ao seu desenvolvimento – antecedentes –, bem como os fenómenos que actualmente aqui se verificam.

Avaliar a realidade actual, com as suas debilidades e potencialidades, permite um maior controlo sobre as tendências expansivas do Concelho, quer ao nível urbano como sócio-económico, actuando de forma mais concisa e assertiva.

Perceber o seu posicionamento face à localização geográfica que ocupa e às relações que estabelece com os concelhos vizinhos, bem como as dinâmicas intrínsecas, tornam-se fundamentais para a construção de um Concelho atractivo e acessível a todos, equipado e infraestruturado para o futuro.

Trata-se de um enquadramento que, para além da informação estatística de extrema relevância na avaliação das necessidades e tendências da população, engloba uma abordagem étnico-cultural do Concelho, permitindo uma percepção mais assertiva da sua evolução e as potencialidades regenerativas que este apresenta.

Quanto ao tratamento de informação relativa aos indicadores estatísticos, este apresenta algumas limitações uma vez que se trata de um tipo de dados, de certa forma, anónimos, descaracterizados e de âmbito generalista. Contudo, esta leitura objectiva da realidade do Concelho permite uma contextualização mais peremptória da realidade local, bem como do seu enquadramento regional.

A segunda, uma abordagem mais complexa e descritiva, remete para a necessidade crescente, de perceber o “velho” para desenvolver “o novo”, valorizando não apenas a análise mais “superficial” de uma equipa técnica que produz espaço urbano, mas também os costumes e tradições enraizados nos actores locais, e as visões que os próprios têm da sua realidade.



2.1.1 ENQUADRAMENTO

Situado na extrema da faixa Litoral Norte, o concelho de Castelo de Paiva está limitado geograficamente a Norte pelo Rio Douro - que o separa dos concelhos do Marco de Canavezes, Penafiel e Gondomar - e a Sul, pelo concelho de Arouca: uma cordilheira de serras demarca a transposição dos Concelhos.

A Este, o Rio Paiva delinea a sua separação do concelho de Cinfães; a Oeste, é o Rio Arda, a Serra do Cabeço de Sobreira e o Ribeiro de Areja que o separam do concelho de Gondomar.

Ainda que pertencente ao distrito de Aveiro, Castelo de Paiva encontra-se económica, social e geograficamente mais próximo da cidade do Porto, inserindo-se simultaneamente no agrupamento da Comunidade Intermunicipal Tâmega -Sousa.

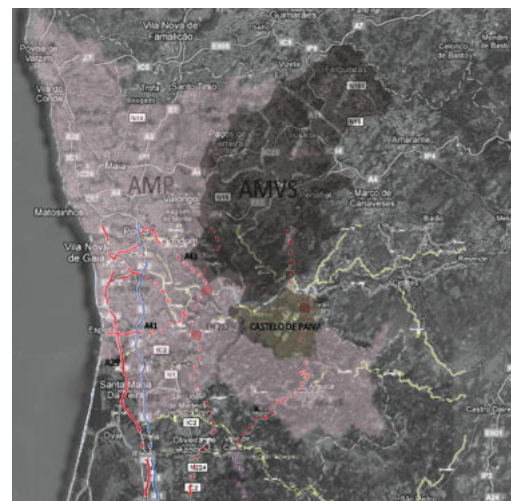
Entalado pelas províncias da Beira e do Douro Litoral, apresenta um clima ameno, que, associado à abundância de cursos de água – Rios Douro, Paiva e Arda -, garante um solo fértil e uma paisagem ecológica única e diversificada, ainda que com franjas em processo de despovoamento e risco de degradação paisagística.

Ainda que tratando-se de um Concelho tradicionalmente rural, cujos 115km² de área se distribuem por nove freguesias, maioritariamente em Áreas de Reserva Agrícola Nacional (RAN) e Reserva Ecológica Nacional (REN), a sua população reparte-se, maioritariamente, por actividades de construção civil, industriais, florestais e agrícolas.

Das freguesias com maior densidade populacional destacam-se as freguesias de Sobrado, sede de Concelho, Raiva e Santa Maria de Sardoura, apresentando-se as freguesias de maior área- Paraíso e Real- as de menor densidade populacional.

Ainda dentro do contexto geográfico, não se pode esquecer que o Concelho viveu durante décadas em torno do Couto Mineiro do Pejão, devido à grande relevância económico-social que a Exploração Mineira tivera desde a década de 40. Esta fora a maior fonte empregadora da região durante um longo período. Era das Minas que advinha os rendimentos da maioria da população residente.

Com o encerramento das Minas, em 1994, num contexto de mono-indústria, toda a estrutura social ficou afectada: os habitantes do Concelho não tinham emprego, nem alternativas – havia uma clara discrepância de perfis profissionais (o adquirido e o necessário!) para uma nova inserção económico-social - conduzindo a uma procura de emprego fora do Concelho, acentuando a sua já débil situação.



No entanto, verifica-se uma actual tendência para o incremento da indústria no Concelho, ainda que de forma reduzida e que não pode ser descontextualizada de acontecimentos ainda de um passado recente, como o encerramento da empresa C.J.Clark's e a queda da Ponte Hintze Ribeiro.

Para além do sector secundário, a população de Castelo de Paiva vivera bastante de, e para, a agricultura – ainda que de forma incipiente - o que, de certo modo, colocava um pouco à margem a necessidade de instrução da população: as crianças raramente iam à Escola e a economia concelhia baseava-se num trabalho que exigia pouca escolarização.

Actualmente, verifica-se uma agricultura apenas de minifúndio, não funcionando como fonte de rendimento. Por outro lado, com a facilidade de acesso à informação e ao próprio sistema de ensino, esta situação foi visivelmente invertida, no entanto, ainda longe do desejável face às crescentes exigências de acesso ao mercado de trabalho.

O concelho de Castelo de Paiva é relativamente pequeno, tanto na sua extensão territorial como na dimensão demográfica. No entanto, apresenta uma paisagem física e humana diversificada, desde áreas despovoadas, nas franjas das Serras de Santo Adrião, Cerquidelo, Gamarão e Serra da Vala, até uma faixa ribeirinha, com um povoamento de tipo disperso pelas encostas do Douro, em contraponto com alguns aglomerados mais significativos como as Vilas de Sobrado, Raiva e Santa Maria de Sardoura: “por entre baldios, vinhas e socalcos montanhosos vislumbram-se pequenas aldeias, algumas delas banhadas pelos rios; a maioria destas permanece agrilhoadas ao passado, não conseguindo acompanhar o ritmo de desenvolvimento que se tem instaurado no Concelho. As grandes extensões de eucaliptais contrastam com a edificação de grandes construções na sede do concelho e noutras freguesias contíguas a esta”.

O próprio Concelho apresenta sinais de fragilidade, demonstrados não só pela própria evolução dos indicadores demográficos, como também por uma fraca dinâmica de crescimento urbanístico, pela degradação do tecido edificado e pela perda de dinamismo de alguns dos seus motores de produção historicamente relacionados com o desenvolvimento do Concelho.

Os diversos fenómenos de mudança demográfica, social e económica que implicam mudança na estrutura e nos recursos das famílias acabam assim por constituírem ameaças - sempre que reforcem a vulnerabilidade das famílias e do seu rendimento - e oportunidades - quando actuam positivamente a esse nível.

2.1.2 DIAGNÓSTICO

a. População

Contrariando a dinâmica demográfica que se tem vindo a verificar mos Concelhos tradicionalmente rurais, os Municípios integrados na Comunidade intermunicipal do Vale do Sousa têm apresentado um acréscimo do número de residentes desde 1940. Em Castelo de Paiva, embora se tenha verificado uma perda de população de 9% nas décadas de 1960 e 1970 e de 3% na década de 1980, em 2001 a população residente era de 17.338 habitantes, verificando-se um acréscimo de 5 %- 823 habitantes - relativo a 1991. Contudo, em 2011, verifica-se novamente um decréscimo da população residente, passando esta para 16.731 habitantes.

Indicadores de população por Município, 2009

	Densidade populacional	Taxa de crescimento efetivo	Taxa de crescimento natural	Taxa bruta de natalidade	Taxa bruta de mortalidade	Taxa bruta de nupcialidade	Taxa bruta de divórcio	Taxa de fecundidade geral	População residente
	(hab/km2)	%		‰					
Castelo Paiva	144,9	-0,75	0,01	8,5	8,4	4,4	1,6	32,8	16 660
Tâmega	214,0	-0,03	0,18	9,2	7,5	4,4	2,0	34,5	560 593
Norte	176,0	0,00	0,03	8,7	8,5	4,1	2,4	34,2	3 745 575
Portugal	115,4	0,10	-0,05	9,4	9,8	3,8	2,5	38,7	10 637 713

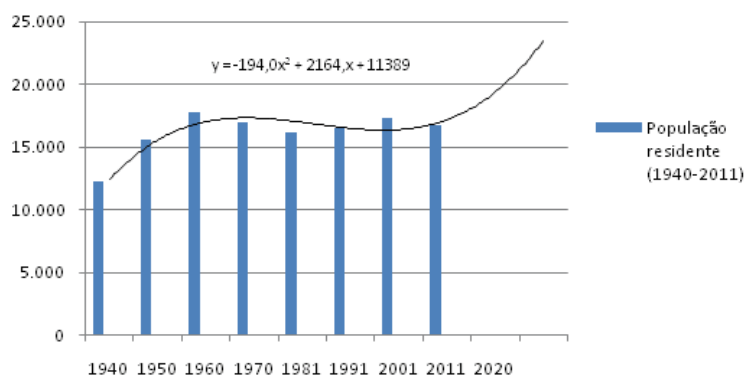
Anuário estatístico da Região Norte, 2009

Indicadores de população por Freguesia, 1991-2011

	População Residente																		População Presente					
	Homens & Mulheres						Homens						Mulheres						Homens & Mulheres					
	1991	%	2001	%	2011	%	1991	%	2001	%	2011	%	1991	%	2001	%	2011	%	1991	%	2001	%	2011	%
Bairros	1853	11	1853	11	2058	12	899	11	903	11	983	12	931	11	950	11	1775	13	1784	11	1753	11	1957	12
Fornos	1652	10	1602	9	1433	9	795	10	761	9	633	8	857	10	841	10	800	9	1503	9	1540	9	1349	8
Paraíso	1064	6	975	6	924	6	530	7	498	6	473	6	534	6	477	5	451	5	1040	7	937	6	904	5
Pedorido	1540	9	1593	9	1465	9	783	10	779	9	720	9	757	9	814	9	745	8	1541	10	1549	9	1411	8
Raiva	2472	15	2394	14	2312	14	1209	15	1171	14	1157	14	1263	15	1223	14	1155	14	2435	15	2333	14	2256	14
Real	1428	9	1371	8	1299	8	687	8	682	8	638	8	741	9	689	8	661	8	1304	8	1347	8	1253	8
S.ta Mª Sardoura	2745	17	2698	16	2530	15	1388	16	1366	16	1259	15	1357	17	1332	15	1271	15	2607	17	2528	15	2397	14
S. Martinho Sardoura	1813	11	1931	11	1931	12	921	11	960	11	955	12	892	11	971	11	976	11	1771	11	1796	11	1835	11
Sobrado	1971	12	2921	16	2779	17	941	12	1414	16	1353	17	1030	12	1507	17	1426	17	1946	12	2786	17	2742	16
Castelo de Paiva	16515		17338		16731		8153		8534		8201		8362		8804		8530		15931		16596		16731	

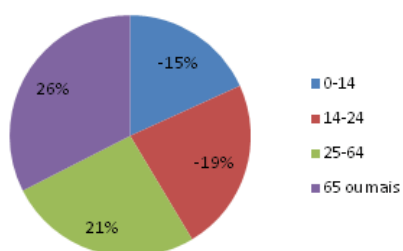
Censos 1991, 2001 e 2011

Variação da população residente do Concelho de 1940 a 2011

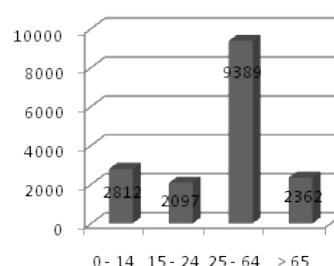


Contudo, o enfoque populacional constata-se no grupo etário dos 25 aos 64 anos, com uma grande relevância também para a população com mais de 65 anos.

Variação de população em função da faixa etária (%) 1991-2001



População residente segundo escalão etário, 2009



Em termos globais houve uma variação populacional na ordem dos 5% de 1991 para 2001, verificando-se a predominância da faixa etária de 25-64 anos até 2009. Fonte: INE, 2009

População residente com menos de 18 anos

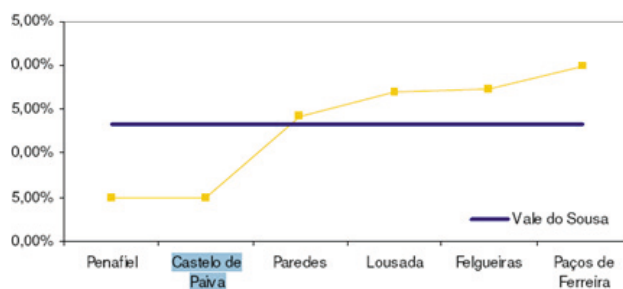
	População residente		% População total
	População <18	População total	
2001	4.125	17.338	24
2011	3.323	16.731	20

Censos 2011

No período compreendido entre 2001 e 2011 a população de Castelo de Paiva com menos de 18 anos passou a ter uma representação menor na população residente do Concelho. Em 2011, apenas 20% da população é menor de idade, correspondendo a um visível envelhecimento da população residente.

Assim, acompanhando a tendência verificada nos concelhos do Vale do Sousa, ainda que ligeiramente inferior, Castelo de Paiva apresentou um crescimento demográfico positivo (de 1991 a 2001), revelado capacidade para a fixação de residentes, embora de certo, associado a um envelhecimento significativo da população e a um acréscimo de movimentos pendulares verificados no Concelho, que viera a confirmar a tendência para um decréscimo da população residente na década seguinte (- 3,5%).

Taxas de crescimento da população residente do Vale do Sousa (1991-2001)



Fonte: INE, Recenseamento Geral da População e Habitação, 1991-2001

Por outro lado, Castelo de Paiva apresenta fortes dinâmicas migratória internas, verificando-se a perda de população nas suas freguesias ditas rurais em prol de um aumento demográfico nas com um maior número de infraestruturas (quer viárias, quer económicas, quer sócio-culturais).

Raiva é uma das freguesias aonde se confirma este incremento populacional. Decorrente da exploração mineira que se verificara durante as últimas décadas do século passado e que constituiu um dos principais motores de desenvolvimento económico, a população deixou os campos e fixou-se nas áreas contíguas à exploração.

Por outro lado, assiste-se a um fenómeno de concentração dos residentes nas áreas urbanas do Concelho, em detrimento das freguesias periféricas. Em Sobrado, a sede de Concelho e o principal núcleo urbano, que, actualmente com 2.779 habitantes, apresenta a densidade populacional mais elevada do Concelho - 536 hab./km² - foi a que registou maior crescimento populacional entre 1991 e 2001, denunciando já a atractividade do principal centro urbano de Castelo de Paiva.

A redução populacional das últimas décadas verificada nas freguesias de Paraíso e em Real vem confirmar este declínio populacional nas áreas rurais do Concelho.

A projecção das actuais tendências demográficas para os próximos anos manifesta um cenário algo animador, com a população a fixar-se no ano 2020 em valores próximos dos 17.000, 17.500 habitantes, correspondente a um aumento do número de famílias, e ainda que se trate de uma estrutura etária bastante mais envelhecida.

Parque habitacional

Durante o período de 2001 a 2011, o parque habitacional do Concelho apresentou um crescimento positivo (um incremento de 19,6 %, relativo ao número de alojamentos), mais acentuado nas freguesias ditas rurais –Paraíso e Real, 46% e 47%, respectivamente -. A dinâmica registada no edificado, não foi, contudo, concordante com a dinâmica registada na população residente, uma vez que esta apresentara um decréscimo de 3,5%.

O uso sazonal ou secundário dos alojamentos tem apresentado uma significativa evolução ao longo das últimas décadas, correspondendo a um aumento do número de alojamentos quatro vezes superior ao aumento do número de famílias no Concelho, entre 2001 e 2011 e, simultaneamente, a uma redução da população residente.

Aliada ao envelhecimento da população e ao fraco poder de compra, esta situação constitui um cenário susceptível da degradação contínua do estado de conservação das habitações e das condições de habitabilidade e que se tem vindo a acentuar nas áreas habitacionais já consolidadas do Concelho.

Por outro lado, a dinâmica construtiva actual é baixa, verificando-se uma ainda mais reduzida dinâmica de reabilitação. No período de 2006 a 2011, construíram-se 244 novas habitações no Concelho (82% do total de edifícios construídos) e apenas 52 foram reabilitadas.

Em Castelo de Paiva, o valor médio de transacção de prédios urbanos é ligeiramente superior aos valores médios praticados nos restantes concelhos do Vale do Sousa, verificando-se assim algumas dificuldades de fixação de residentes: o envelhecimento populacional e o reduzido dinamismo económico constituem factores que, embora externos ao sistema habitacional, condicionam as dinâmicas e as necessidades habitacionais.

Pontos Fracos	Pontos Fortes
Parque habitacional envelhecido e degradado. Existência de áreas residenciais degradadas	Proximidade ao grande centro urbano do Porto e confrontação com a sua Área Metropolitana
Fracas condições de habitação, principalmente em algumas áreas rurais (afectando maioritariamente a população idosa)	Vilas com qualidade de vida associada à potencialidade de espaços verdes e ausência de poluição
Peso relativamente elevado dos alojamentos, maioritariamente ocupados pelo proprietário, o que, associado ao envelhecimento da população e aos fracos recursos económicos, tem agravado a degradação dos edifícios e das condições de habitabilidade	Dinâmica positiva de ocupação sazonal, sobretudo em zonas rurais, que, para além revelar procura de soluções habitacionais alternativas, que não de residência habitual, poderá ser uma solução para alguns alojamentos vagos e/ou degradados e/ou isolados
Dificuldades financeiras das famílias para cumprir os compromissos com o crédito bancário à compra de habitação	
Fraca dinâmica construtiva associada à ausência de dinâmicas de reabilitação	
Preço relativamente elevado do solo e da habitação, comparativamente com municípios vizinhos	

Ameaças	Oportunidades
Expansão da área urbana sem regras estabilizadas (degradação dos núcleos urbanos centrais)	Território com elevado valor paisagístico, histórico- tradicional e cultural e com oferta de zonas de elevada tranquilidade para residir
Instrumentos de Gestão Territorial com atrasos na elaboração/ aprovação	Tendência recentemente reforçada de concertação entre as políticas públicas nacionais social, urbana e de habitação
Territórios vizinhos mais competitivos e atractivos ao nível dos custos com a construção e habitação e/ou com maior dinamismo económico e/ou com melhores acessibilidades	Conclusão de todas as redes em alta de abastecimento de água e águas residuais através da construção das ETAR's municipais
Dinâmicas demográficas negativas: dificuldades na fixação e atracção de população, especialmente jovem; presença significativa de população envelhecida (famílias unipessoais de idosos)	Dinamização da actividade económica (crescimento do turismo e renovação das dinâmicas agrícolas- vinho) e consequente oferta de novas oportunidades à população: factores susceptíveis de promover a fixação e atracção de residentes
Baixo poder de compra da população em geral e elevado peso da população dependente de subsídios da Segurança Social, associada ao corte de programas de apoio à habitação e reabilitação urbana	

b. Sistema Educativo

Actualmente, a preparação escolar e a aquisição de níveis escolares elevados, constituem o caminho para uma maior e melhor preparação sócio-profissional. A erradicação do analfabetismo e a qualificação escolar, apresentam-se como critérios de urgência para conseguir uma adaptação efectiva a uma sociedade, cada vez mais, assente no progresso tecnológico, e portanto em competências diversificadas e adaptativas. “Uma das razões porque uma sociedade com qualidade é a base de uma economia forte é que a primeira é constituída por pessoas instruídas. A importância das medidas na área da educação releva não só do facto de a escolaridade permitir o acesso a uma formação qualificante e ser um factor facilitador da empregabilidade, mas também do carácter preventivo de situações de marginalidade e exclusão que pode resultar da hecatombe de casos de insucesso escolar e de abandono prematuro da escola que atinge os jovens oriundos de famílias desfavorecidas.”¹

A instabilidade e incertezas quotidianas levaram à necessidade de uma constante adequação dos saberes e competências, o que resultou na aposta da educação ao longo da vida. “(...) as mudanças que perpassam as sociedades contemporâneas, nos domínios técnico e tecnológico, informacional e comunicacional, relacional e organizativo, tornam obsoletas qualificações académicas e profissionais, ontem perfeitamente ajustadas ao desempenho da profissão, impossibilitando uma preparação “para sempre” exigindo a modernização como atitude permanente.” Importa que, “a aprendizagem já não [seja] um processo situado e finalizado no tempo”, antes se torne “uma necessidade vital que acompanhe o indivíduo durante todo o seu percurso de vida”². Esta perspectiva, durante várias décadas não teve adequabilidade/adaptabilidade ao contexto concelhio.

Durante muitos anos, o Concelho foi essencialmente agrícola, tendo sido esta actividade substituída pela exploração de carvão e mais tarde por outras actividades industriais. Os indivíduos com baixa ou nula escolaridade fixavam-se em postos de trabalho que não exigiam conhecimentos prévios, mas sim adquiridos com a prática, logo não havia qualquer incentivo para estudar. A instrução não era um factor de peso na inserção no mercado de trabalho.

Contudo, face ao cada vez mais rápido avanço tecnológico, esta situação começou a alterar-se e hoje, para que se verifique um desenvolvimento económico-social sustentável, é fundamental investir num sistema educativo coeso, capaz de promover uma formação abrangente e qualificada.

¹ CAPUCHA, Luís Manuel Antunes et al., Dez. 1998, “Grupos Desfavorecidos face ao Emprego – Tipologias e quadro Básico de Medidas Recomendáveis” (Estudos e Análises:8), Lisboa, Gráfica Sacavanense, Lda., p. 146.

² QUINTÃO, Carlota et al., Jun. 2000, “Relações entre a escola e o mercado de emprego envolvente”, (estudos e Análises: 17), Lisboa, GRAFIFINA – Indústria de Artes Gráficas, Lda, p.44.

Enquanto fruto da sociedade, a avaliação dos alunos e a sua postura perante o Sistema de Ensino permitem concluir acerca do meio em que estes se inserem. A análise das tendências para o abandono escolar, antes ou logo após o cumprimento da escolaridade obrigatória, ou até mesmo dos sucessos e retrocessos que pautam os ciclos da vida dos alunos permite fazer um diagnóstico fiel à situação sócio-económica do Concelho.

Num contexto nacional, a população estudantil tem vindo a diminuir por razões de ordem demográfica, o que tem gerado necessidades de reordenamento da gestão da oferta educativa.

Por outro lado, questões como a desintegração face ao espaço educativo, dificuldades de aprendizagem, desafeição pela actividade de estudar, desvalorização dos conhecimentos adquiridos na Escola, enquanto factores preponderantes para o sucedido na vida quotidiana, são apontadas como os principais factores conducentes ao abandono escolar.

A falta de motivação e gosto pelos estudos estão certamente relacionados com um preconceito de que a Escola e a utilidade da formação escolar se revestem apenas para determinados meios sociais, remetendo a problemática para o ambiente familiar em que, por vezes, pouco ou nada se incentiva às actividades culturais em geral, e a leitura, em particular.

Normalmente, o capital cultural de uma família repercute-se no capital cultural dos filhos, isto é, um pai que possui um baixo capital cultural tem tendência (embora existam situações em que não se verifica!) para exigir menos do seu filho em termos de sucesso escolar, do que um pai com um capital cultural elevado.

Também o meio social em que se inserem os alunos é apresentado como uma condicionante para o (in)sucesso escolar, associando-se à distância, física e psicológica, entre os agregados familiares e a Escola e até mesmo os locais de consumo cultural (bibliotecas, livrarias, exposições, etc.).

Indicadores de educação por município, 2008/2009

%		Castelo de Paiva	Norte	Portugal
Taxa de pré-escolarização		101,2	83,9	83,4
Taxa bruta de escolarização	Ensino básico	135,8	131,8	130,6
	Ensino secundário	114,8	140,5	146,7
Taxa de retenção e desistência no ensino básico	Total	6,8	6,4	7,8
	1º Ciclo	1,7	2,6	3,6
	2º Ciclo	3,0	5,3	7,6
	3º Ciclo	17,1	12,4	14,0
Taxa de transição/conclusão no ensino secundário	Total	78,7	83,3	80,9
	Cursos tecnológicos	85,4	88,1	84,9
	Cursos gerais/ científico-humanísticos	75,4	80,3	78,6

Anuário estatístico da Região Norte, 2009

Analisando os dados publicados no Anuário estatístico da Região Norte para o ano lectivo de 2008/2009, constata-se que Castelo de Paiva apresenta uma Taxa Bruta de Escolarização no Ensino Secundário bastante inferior à verificada tanto no Norte como no próprio País: o abandono escolar começa a evidenciar-se nos anos próximos ao final da escolaridade obrigatória.

Embora com tendência para ser invertido, este cenário ter repercussões inevitáveis na qualificação da população activa e na vulnerabilidade destes jovens a situações de emprego precário e desqualificado.

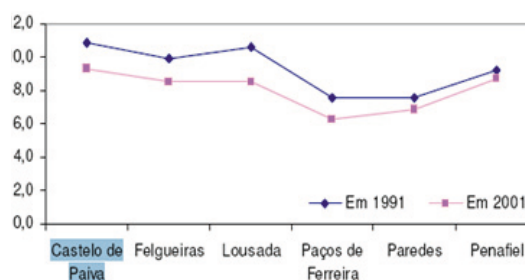
Castelo de Paiva debate-se assim com questões estruturantes neste domínio, apresentando um histórico de desvalorização da educação formal, fruto da ausência de investimento na aprendizagem.

Mesmo a população activa desempregada procura formação que possa garantir algum rendimento imediato, não se verificando qualquer voluntarismo para investimentos a longo prazo, tanto a nível pessoal como profissional.

Por outro lado, no Concelho verifica-se tendencialmente a emigração dos jovens e dos activos mais qualificados, que aqui não encontram perspectivas de realização profissional ou de rentabilização das qualificações adquiridas.

Todo um conjunto de questões ligadas às preocupações com a educação no Concelho está incluído na Carta Educativa de Castelo de Paiva, continuamente em actualização, e onde está espelhada uma estratégia de reorganização do Parque Escolar, adaptando-o à evolução do número de alunos (actual e futuro), a criação concertada de uma oferta diversificada e adaptada às necessidades do Concelho, tanto em termos de Ensino Profissional como Tecnológico, a implementação de um sistema de orientação vocacional que previna situações de insucesso e de abandono escolar e formativo por parte da população jovem.

Evolução da taxa de analfabetismo nos Concelhos do Vale do Sousa (1991 a 2001)



Fonte: INE, Recenseamento Geral da População e Habitação, 2001

No Concelho existem dois Agrupamentos de Escolas, nomeadamente o Agrupamento Vertical de Escolas de Castelo de Paiva, sediado na Vila de Sobrado e que integra os estabelecimentos de ensino das freguesias da parte oriental do Concelho – Ensino Pré- escolar, Escolas de 1º, 2º e 3º Ciclos - e o Agrupamento Couto Mineiro, no Pejão, que agrupa os estabelecimentos de Ensino das freguesias da parte ocidental.

Contudo, actualmente os estabelecimentos de ensino pré-escolar e do 1º ciclo distribuem-se segundo um modelo de ocupação relativamente disperso, associado à própria distribuição populacional do Concelho.

Consequente, verifica-se um excessivo número de estabelecimentos de ensino e que não têm idêntica correspondência nos níveis subsequentes, uma vez que estes se concentram na Vila de Sobrado e na Vila de Raiva.

Por outro lado esta dispersão e desigual distribuição populacional pelas nove freguesias do Concelho repercute-se já nos próprios Jardins de Infância: alguns acolhem muito poucas crianças, outros, estão superlotados.

De forma a colmatar estas falhas existentes no sistema escolar, têm sido implementadas algumas dinâmicas sociais como o Apoio à Família na educação pré-escolar – Prolongamento –, os A.T.L.'s (Animação de Tempos Livres), bem como serviços de Cantinas Escolares no 1º Ciclo, já que, em horários não assegurados pela instituição educativa e em tempo de férias escolares, os encarregados de educação não têm local próprio para deixar os seus educandos.

O Concelho tem já uma Rede de Apoio à Família que cobre 85% das necessidades, num total de 343 alunos abrangidos, quer com refeições, quer com Prolongamento de horário.

Conscientes da fragilidade do acesso ao ensino, e para uma melhor estruturação dos agrupamentos escolares, encontra-se já em reestruturação o Agrupamento Escolar de Castelo de Paiva, com conclusão prevista para 2013, na Vila de Sobrado, e que será complementado por um outro Centro Escolar, em Raiva, ainda em fase de projecto, e que acolherá o Ensino pré escolar e do primeiro ciclo do Agrupamento Escolar do Couto Mineiro.

Relativamente aos níveis de escolaridade mais elevados, começa já a verificar-se uma procura de Escolas Profissionais, fora do Concelho, enquanto solução para a obtenção de um maior grau de escolaridade e, concomitantemente, uma maior qualificação profissional, uma vez que no Concelho não existe oferta educativa a este nível.

A inexistência deste tipo de ensino é uma das grandes lacunas ao nível da educação no Concelho, conduzindo a que os jovens, ou abandonem o sistema de ensino local, em prol de uma formação profissional, ou prossigam os estudos em áreas que não são aquelas com que mais se identificam, ou até mesmo deixem de estudar.

Relativamente a uma futura inserção no mercado de trabalho, esta previsão é difícil de se fazer, na medida em que a sociedade actual sofre mutações muito rápidas. Contudo, o facto de o sistema educativo caminhar no sentido de reduzir o insucesso e o abandono escolar, assim como o número de alunos sem a escolaridade obrigatória, tem já contribuído para uma maior e melhor inserção profissional.

A médio prazo, tornar-se-á indispensável a articulação da oferta formativa a nível concelhio e, nalguns domínios, inter-concelhio, tanto no ensino escolar como no profissional, atendendo às necessidades do tecido económico e empresarial, e em prol do alcance de novas escala e sinergias entre entidades.

Por último, e numa perspectiva de longo prazo, a fixação das populações passa também pela valorização dos diferentes tipos de património do Concelho e da consequente elevação da “auto-estima” que essa valorização acarreta. A dinamização cultural do Concelho necessita não só da formação de públicos, como também de agentes culturais activos e criativos, o que tem início (também), para ambos os casos, na escola. Esta dinamização cultural deverá ser articulada com a componente de desenvolvimento da capacidade de oferta turística da região.

Pontos Fracos	Pontos Fortes
Carta Educativa desactualizada	Existência de estabelecimentos de ensino adaptados às novas tecnologias e bem equipados em termos de recursos físicos e humanos
Baixas qualificações escolares e profissionais da população activa	Estruturação dos estabelecimentos de ensino segundo dois Agrupamentos Escolares, de forma a garantir um maior alcance ao ensino para os residentes do Concelho
Histórico de desvalorização dos percursos de aprendizagem, quer inicial quer ao longo da vida	
Elevadas taxas de insucesso e abandono escolares	
Ausência de formação profissional no Concelho, capaz de se articular com o actual mercado de trabalho	

Ameaças	Oportunidades
Diminuição da população estudantil	Forte valorização da qualificação inicial e da aprendizagem ao longo da vida através do QREN (Programa Operacional do Potencial Humano)
Emigração da população jovem e qualificada	Articulação intra e inter concelhia na formação dos recursos humanos da região
	Reforço da intervenção da CPCJ nos casos de insucesso e abandono escolar
	Melhoramento das condições de acesso ao Ensino através das reestruturações dos Estabelecimentos de Ensino: Novos Centros Escolares capazes de otimizar as condições dos estabelecimentos educativos

c. Dinâmicas sócio-culturais

Associado à vontade de aprender e de fomentar o intelecto, que se considera iminente para um desenvolvimento sustentável, o Concelho tem promovido uma série de iniciativas sócio-culturais apoiadas numa rede de equipamentos capaz de servir a sua população.

A criação da Biblioteca Municipal, no Centro da vila de Sobrado, associada a uma Biblioteca Itinerante e que garante um maior acesso à informação e o fomento do gosto pela leitura nos habitantes do Concelho, são algumas das facilidades que têm sido postas ao dispor dos habitantes.

À rede de equipamentos culturais em que se insere a Biblioteca, estão também associados a Academia de Música e o Auditório Municipal, equipamentos culturais frequentados, quer para a ocupação dos tempos livres, quer enquanto espaços de utilização excepcional - espectáculos - e aonde os habitantes são conduzidos a um maior desenvolvimento das suas capacidades físico- intelectuais.

Contudo, não é passível ignorar que se trata de edifícios destinados a fins específicos, como as artes do espectáculo e que acarretam custos de manutenção e equipamento técnico bastante elevados, o que por si só motiva o desincentivo ao aproveitamento destes espaços enquanto geradores de novas dinâmicas sócio-culturais.

Para além destes equipamentos que garantem uma maior qualidade de vida no Centro da Vila de Sobrado, a Autarquia tem desenvolvido uma série de iniciativas em conjunto com os movimentos associativos do Concelho em prol de um maior acesso cultural. A criação do Núcleo Museológico das Minas do Pejão, revivalmente sediado nas antigas instalações da Empresa Carbonífera do Douro, é uma das iniciativas capazes de fomentar o conhecimento relativo às culturas e tradições do Concelho.

Ainda que seja um dos factores encarado de menor relevância para a qualidade de vida dos Cidadãos, o desenvolvimento cultural é uma aposta fundamental para um desenvolvimento urbano sensato e consistente. Tornara-se fundamental integrar o Concelho nas redes de programação e de produção cultural nacional, fomentando o intercâmbio entre o contexto da produção cultura e aquela que o Concelho poderá acolher.

Em Castelo de Paiva estão também sediadas inúmeras colectividades e que acabam por deter grande relevância no contexto desportivo, cultural e recreativo do Concelho, dinamizando-o.

Para além de garantirem uma participação activa nas actividades desenvolvidas pelo Município, estas colectividades têm um forte papel social no desenvolvimento do Concelho, constituindo verdadeiras plataformas de apoio à população mais desfavorecida, como a população envelhecida, maioritariamente desqualificada e sem fontes de rendimento.

Despesas das Câmaras Municipais em Actividades Culturais e Desportivas em 2009

Despesas (milhares de euros)		Castelo de Paiva	Norte	Portugal
Total		193	263 546	997 704
Despesas correntes	Total	193	187 808	732 768
	% total	100	71,3	73,4
Património	Total	0	14 953	81 935
	Museus	0	7 515	60 078
	% total	0	5,7	8,2
Publicações e literatura	Total	78	18 228	136 035
	Bibliotecas	74	13 686	121 406
	% total	40,4	6,9	13,6
Música	Total	3	12 305	48 252
	% total	1,6	4,7	4,8
Artes cénicas	Total	0	5 971	23 558
	% total	0	2,3	2,4
Actividades sócio culturais	Total	57	22 582	79 375
	% total	29,5	8,6	8,0
Recintos culturais	Total	0	5 001	18 520
	% total	0	1,9	1,9
Jogos desportivos	Total	9	76 678	201 097
	Recintos	0	14 612	42 334
	% total	4,7	5,5	4,2

Anuário estatístico da Região Norte, 2009

De entre estes, salienta-se os pensionistas, cuja grande maioria recebe pensão por velhice e quase um terço recebe pensão por sobrevivência, o que, de alguma forma, caracteriza a vulnerabilidade acentuada de determinados grupos a situações de pobreza extrema.

Ainda assim, o concelho de Castelo de Paiva tem um índice de envelhecimento relativamente baixo. Mas o acentuar desta tendência é inevitável e coloca questões estratégicas ao dispositivo institucional do Concelho; a reorientação e inovação nos serviços existentes com um novo padrão de respostas e sobretudo uma nova abordagem à questão, menos centrada no retrato convencional do idoso e mais orientada para as necessidades específicas em cada etapa do processo de envelhecimento incluindo as novas necessidades do envelhecimento activo.

Tal como a recolha estatística nos demonstra, a problemática do envelhecimento apresenta dois aspectos divergentes: por um lado, uma população envelhecida, com grandes carências económicas e sociais, com problemas de isolamento e solidão; por outro, uma população crescente de idosos activos e com recursos para definir as suas expectativas e necessidades de realização pessoal.

Precisamos de diferenciar e especializar cada vez mais as respostas e serviços de modo a fazer frente à complexidade crescente da problemática do envelhecimento no concelho de Castelo de Paiva, através de políticas locais de saúde para os idosos, como por exemplo, através de uma coesa rede de cuidados continuados de excelência e lares especializados.

O diagnóstico social do Município acentuou a necessidade de uma vertente reabilitativa e da redução do ciclo das dependências de modo a gerar qualidade de vida e bem-estar aos idosos já institucionalizados ou em situação de grave carência e isolamento.

Como grande problemática, verifica-se também a persistência e continuidade de um número considerável de famílias profundamente desestruturadas e em situação de grande vulnerabilidade social, conduzindo a comportamentos de

risco, precariedade ao nível do emprego e rendimentos, negligência e risco infantil, insucesso escolar e consumos precoces ou continuados de substâncias tóxicas. Esta é uma problemática transversal e com grande relevância e significado no concelho de Castelo de Paiva.

A disseminação de comportamentos de risco, associados a estilos de vida “*borderline*” e a consumos precoces ou já geradores de dependências tóxicas, têm também uma expressão significativa no concelho de Castelo de Paiva. A informação disponibilizada no diagnóstico permite identificar nos jovens, um perfil multi disfuncional: de baixa escolaridade, em situação indefinida face ao emprego, com vivências, consumos e comportamentos de risco, referenciados pelos serviços como altamente problemáticos e de difícil abordagem.

A dinâmica da empregabilidade no Concelho continua condicionada pelas baixas qualificações e baixa escolarização, deficitária sobretudo ao nível das qualificações intermédias de base tecnológica.

Esta problemática prende-se a novas necessidades sociais de ajustamento ao mercado de trabalho, no actual contexto de Crise, por parte dos jovens em situação de primeiro emprego ou com qualificações elevadas mas em situação de desemprego.

Tendo por base os dados cedidos pelo Instituto de Emprego e Formação Profissional relativos ao final do mês de Julho de 2011 é possível caracterizar da população desempregada.

Em Julho de 2011 encontravam-se inscritos no Instituto de Emprego e Formação Profissional 1.371 indivíduos, sendo 409 do sexo masculino e 962 do sexo feminino. Analisando estes indivíduos de acordo com as categorias de inscrição podemos dizer que 101 encontram-se à procura do 1.º emprego e 1.270 de novo emprego.

Desemprego Registado por Concelho segundo o Género, o Tempo de Inscrição e a Situação Face à Procura de Emprego

	Génio		Tempo de Inscrição		Situação face à procura		Total
	Homens	Mulheres	< 1 ano	1 ano e +	1.º Emp.	Novo Emp.	
C. Paiva	409	962	540	831	101	1 270	1 371
Norte	99 978	130 813	116 119	114 672	18 278	215 513	230 791
Continente	229 288	270 620	285 323	214 585	35 845	464 063	499 908

Desemprego Registado por Concelho segundo o Grupo Etário

	< 25 anos	25 - 34 anos	35 - 54 anos	55 anos e +	Total
C. Paiva	136	222	753	260	1 371
Norte	25 008	47 490	111 024	47 269	230 791
Continente	53 289	110 993	238 242	97 444	499 908

Desemprego Registado por Concelho segundo os Níveis de Escolaridade

	< 25 anos	25 - 34 anos	35 - 54 anos	55 anos e +	Total
C. Paiva	136	222	753	260	1 371
Norte	25 008	47 490	111 024	47 269	230 791
Continente	53 289	110 993	238 242	97 444	499 908

Desempregados Inscritos, Ofertas Recebidas e Colocações Efectuadas

	Desempregados Inscritos			Ofertas Recebidas	Colocações		
	Homens	Mulheres	Total		Homens	Mulheres	Total
C. Paiva	43	90	133	35	0	28	28
Norte	8 562	11 541	20 103	3 440	731	940	1 671
Continente	23 834	29 093	52 927	9 249	2 389	2 823	5 212

Os dados recolhidos permitem-nos analisar a população desempregada de acordo com a classe etária, bem como a escolaridade relativa. Em Castelo de Paiva, grande maioria da população desempregada possui entre 35 e 54 anos de idade, sendo um problema que afecta grande parte da população activa.

Por outro lado, trata-se de uma população que possui menos ou igual ao 1º Ciclo de escolaridade, o que se torna um constrangimento ao acesso e integração ao mercado de emprego.

Face a esta realidade social torna-se muito importante a aposta na formação profissional que confira aos desempregados uma qualificação, aumento de escolaridade ou até mesmo a conjugação entre ambas. O elevado número de desempregados com características muito próprias (idade elevada, fracas habilitações, falta de especialização profissional, baixa mobilidade sectorial e geográfica, etc.) inibe uma reinserção / reconversão profissional efectiva. Urge assim uma intervenção ao nível do aumento de habilitações básicas para uma reinserção positiva, sendo os cursos EFA (Educação Formação de Adultos) uma mais-valia para a redução deste constrangimento. As IPSS do Concelho, assim como o Ensino Recorrente, têm desenvolvido várias acções de Educação e Formação de Adultos, contribuindo para um aumento da população escolarizada do Concelho. Contudo, existe um constrangimento que se coloca à frequência do ensino recorrente, não havendo qualquer tipo de bolsa de formação, conduzindo assim a uma reduzida frequência destas acções.

Associado a esta realidade sócio-económica de desemprego/ falta de formação, aparecem graves problemas sociais como situações de pobreza extrema e, conseqüentemente, desinserção social.

Ainda que se trate de uma população acolhedora e de extremo espírito de ajuda, torna-se necessária a dinamização de uma coesa Rede Social, enquanto instrumento concelhio de avaliação de necessidades e recursos institucionais, fomentando e orientando para estratégias de intervenção conscientes, programadas e articuladas entre os vários parceiros e agentes do Concelho. O tecido associativo é notório, contudo mantém uma dinâmica desarticulada.

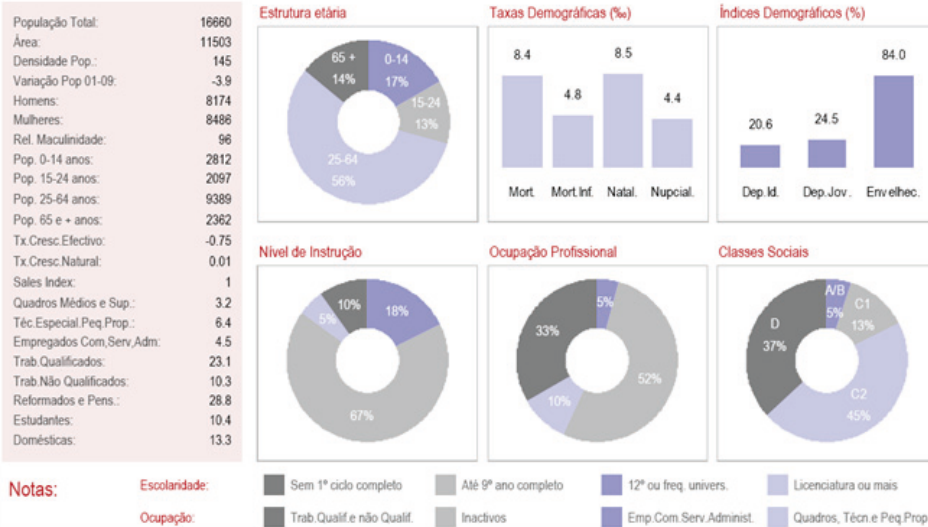
Por parte da população, verifica-se uma postura clientelista relativamente à acção social e aos apoios do Estado que, na prática se concretiza numa atitude dependente e passiva, inviabilizadora do sucesso de programas e iniciativas de intervenção que requerem o necessário envolvimento da população assistida.

Por último, não nos podemos esquecer da dispersão populacional verificada no Concelho, fruto de uma topografia acentuada, vinculando a dificuldade de acesso de parte da população a alguns serviços públicos: as pessoas e as instituições acabam por estar demasiado longe, física e psicologicamente, de recursos e de informação.

Quadro Resumo de alguns indicadores:

Indicadores	Dados	Fonte
Relação de Masculinidade 2009	96.3%	INE
Índice de Dependência Jovens 2009	24.5%	INE
Índice de Dependência Idosos 2009	20.6%	INE
Índice de Envelhecimento 2009	84.0%	INE
Nados Vivos 2009	142	INE
Taxa de Natalidade 2009	8.5‰	INE
Óbitos 2009	140	INE
Taxa de Mortalidade 2009	8.4‰	INE
Taxa de mortalidade infantil	4.8‰	INE
Relação de Masculinidade	96.3%	INE
Casamentos 2009	74	INE
Taxa de Nupcialidade 2009	4.4%	INE
Taxa de Crescimento Natural 2009	0.01‰	INE
Taxa de Crescimento Efectivo 2009	-0.75‰	INE
Escolaridade		
Inferior 4.º ano completo	9.8%	INE
4.º Ano ou 6.º ano completo	47.7%	INE
9.º Ano completo	19.7%	INE
11.º Ou 12.º ano completo	13.8%	INE
Curso médio ou frequência universitária	4.0%	INE
Licenciatura ou mais	5.1%	INE
Emprego		
Quadros médios e superiores	3.2%	INE
Técnico Especializado pequeno proprietário	6.4%	INE
Trabalhador Qualificado	23.1%	INE
Trabalhador não qualificado	10.3%	INE
Reformados/Pensionistas	28.8%	INE
Estudantes	10.4%	INE
Domésticas	13.3%	INE

Castelo de Paiva



Dados apresentados retirados de vários estudos relativos a Castelo de Paiva, nomeadamente no âmbito da Rota do Românico, Rede Social, Projecto Crescer Cidadão e outros documentos de suporte

Pontos Fracos	Pontos Fortes
População envelhecida e carenciada	Dinamismo associativo
Falta de escolarização e incapacidade de exploração agrícola de latifúndio	Rede social enquanto factor de convergência e concertação inter-institucional, cuja dinâmica é reconhecida interna e externamente
Histórico de intervenções de âmbito social indevidamente planificadas	Rede já com boa densidade e diversidade dos equipamentos.
Atitude clientelista das populações face à acção social	
Prestação de serviços desqualificados às populações carenciadas	
Focos de pobreza e exclusão associadas a áreas sem infraestruturas básicas.	

Ameaças	Oportunidades
Prestação de serviços indevidos	As opções do PNAI incidem, entre outros, sobre as crianças e os idosos em situação de pobreza.
Distanciamento de alguns organismos públicos que prestam serviço à população	Revitalização da Rede Social e envolvimento e formação das instituições parceiras.
Acomodação da população carenciada	Concertação e articulação das instituições concelhias.
Ausência de planeamento nas intervenções de âmbito social gera iniciativas descontextualizadas e desintegradas, tendencialmente pouco eficazes e médio / longo prazo.	Capacitação dos agentes públicos e privados por via da formação e/ou da captação de recursos humanos, para intervenções tecnicamente mais fundamentadas.
	Crescente desenvolvimento do tecido empresarial para novas áreas de especialização tecnológica capazes de reduzir as taxas de desemprego verificadas até então.

d. Contexto económico

Com um sistema económico dependente em grande parte do sector industrial, o município de Castelo de Paiva tem fomentado a dinamização sócio-económica, associada à atractividade de investimento externo e à criação de condições de base para um desenvolvimento económico sustentável, regenerador de emprego e de competitividade local, ainda que, com um consciente défice de tecnologia, conhecimento e inovação (peso muito baixo do emprego em serviços intensivos em conhecimento, em actividades TIC e em sectores de média e alta tecnologia).

Actualmente, o Concelho dispõe de dois pólos empresariais, Felgueiras – CACE, Centro de Apoio à Criação de Empresas - e Lavagueiras (construída ao abrigo do programa RECHAR II, através de iniciativa comunitária para a reconversão das zonas mineiras), albergando, actualmente, áreas da indústria do calçado, mobiliário, têxtil, metalomecânica e mármore e granitos, contrariando assim, os efeitos nefastos do encerramento das Minas do Pejão.

Estão ainda previstas duas novas áreas de acolhimento empresarial no Concelho, uma na Cruz da Carreira, e outra no Tapado, ambas apoiadas no eixo estruturante, a Variante à EN222.

Não obstante, com o encerramento da C.J.& Clark, uma das indústrias de maior peso no Concelho, o desenvolvimento da economia local foi fortemente penalizado. A grande maioria da população desempregada oriunda da empresa C.J.& Clark é do sexo feminino.

Paralelamente, o abrandamento do sector da Construção Civil também deu azo a despedimentos, afectando o sexo masculino. Contudo, este sector, continua a ser uma das maiores fontes de empregabilidade do Concelho.

Tendo por base o Anuário Estatístico da Região Norte de 2008, verifica-se que estão sediadas em Castelo de Paiva cerca de 980 estabelecimentos empresariais, dos quais, 302 Sociedades, distribuídas pelos sectores de actividade que constam da tabela que se segue:

Sociedades por Município da Sede, 2008

Classificação das Actividades Económicas (CAE – Rev. 3)	N.º de Estabelecimentos Empresariais
Secções A+B	1
Secção C	55
Secção D	0
Secção E	1
Secção F	77
Secção G	76
Secção H	23
Secção I	22
Secção J	2
Secções de L	13
Secção M	16
Secção N	2
Secção P	2
Secção Q	8
Secção R	2
Secção S	2
TOTAL	302

INE – Anuário Estatístico da Região Norte de 2009

No que se refere ao número de trabalhadores, analisando as sociedades com sede em Castelo de Paiva, e excluindo as restantes formas jurídicas, como é o caso das empresas em nome individual, pode chegar-se à seguinte distribuição por actividades:

Pessoal ao Serviço nas Empresas por Município da Sede, 2008

Classificação das Actividades Económicas (CAE – Rev. 3)	N.º de Trabalhadores
Secções A+B	3
Secção C	1 450
Secção D	0
Secção E	----
Secção F	1 198
Secção G	539
Secção H	----
Secção I	128
Secção J	10
Secções de L	21
Secção M	85
Secção N	22
Secção P	97
Secção Q	67
Secção R	32
Secção S	119
TOTAL	3844

INE – Anuário Estatístico da Região Norte de 2009

Como se pode verificar pelos dados apresentados, o maior número de trabalhadores está afecto à indústria transformadora, destacando-se as indústrias da Zona Industrial de Lavagueiras, nomeadamente as de fabricação de calçado e seus componentes, e de componentes e acessórios para veículos automóveis.

O voluntarismo para a fixação de uma nova empresa no Concelho conduziu a que, perante a necessidade de ampliar a área destinada à fixação empresarial, fosse efectuada uma suspensão parcial do PDM na área confinante com a Área Industrial de Lavagueiras, encontrando-se esta actualmente regulada por normas provisórias, concordantes com o Plano de Pormenor da pré-definida área industrial.

Por outro lado as actividades terciárias têm tido pouca relevância na estrutura económica do Concelho, verificando-se uma grande escassez de oferta, quer a nível de hotelaria e restauração, quer ao nível das próprias actividades de lazer e comércio.

Contudo, esta situação inverter-se-á tendencialmente, evidenciando-se a médio prazo os efeitos atractivos dos empreendimentos turísticos que agora começam a implantar-se no Concelho, nomeadamente o Douro 41 – com Hotel com capacidade de 84 camas fixas, e Apartamentos Turísticos com capacidade de 108 camas fixas, Portaria, SPA, Cais secundário, Piscina e Bar - e o empreendimento turístico que surgirá associado ao Plano de Pormenor de Boure, com capacidade para 440 camas distribuídas por Hotel e Apartamentos turísticos.

Trata-se de empreendimentos de âmbito privado, associados ao produto Douro, situados na frente ribeirinha do Concelho e com uma série de equipamentos associados, destinados a actividades de lazer.

Está lançada a oportunidade para dinamizar actividades económicas como os serviços e o turismo, ainda que com o risco da competitividade “desleal” dos Centros histórico-religiosos e da possível incapacidade para dar resposta a estas iniciativas de âmbito privado.

Essencialmente minifundiária, a actividade agrícola de Castelo de Paiva ocupa os pequenos vales e galga as encostas em socalcos, misturando-se com manchas florestais. A riqueza hidrográfica e as características do terreno permitem boas colheitas e qualidade do cultivo, nomeadamente no que toca às culturas que se adaptam bem ao seu clima e solo.

A cultura da vinha merece aqui especial destaque com a produção de Vinho Verde. Os prémios obtidos são o corolário de um trabalho contínuo, que se desenrola há vários anos, e vêm comprovar as excelentes condições para prática deste segmento da actividade agrícola.

A reconversão da vinha pelos produtores, que recentemente passaram a engarrafar a sua produção, foi seguramente uma das grandes mudanças operadas na agricultura do Concelho. Um indicador desta evolução tem sido o crescente número de produtores engarrafadores em actividade.

O Vinho Verde de Castelo de Paiva é exemplo de grande qualidade e reconhecimento, constituindo um notável embaixador do Concelho, resultado de uma actividade

vitivinícola que importa desenvolver, conjugando esforços de organização e promoção. A integração do Concelho na Rota do Vinho Verde e a Feira do Vinho Verde, anualmente promovida pela Câmara Municipal e pela Associação de Comerciantes e Industriais, ACI, têm vindo a contribuir para esse desiderato.

Embora seja visível o esforço conduzido pelo Município, em contínua articulação com os principais intervenientes no contexto sócio-económico do Concelho, em prol de um desenvolvimento sustentável, as acessibilidades (face a topografia que marca o território do Concelho) constituem uma dificuldade para os agentes económicos e um dos maiores constrangimentos para o seu desenvolvimento. A finalização da Variante à EN222, bem como o IC35 iriam solucionar algumas das problemáticas vivenciadas actualmente, já atenuados com o troço da Variante à EN 222 que atravessa o Concelho.

Uma estruturação do território está intrinsecamente associada à necessidade de redes, de zonas de influência, de centros de polarização. De facto, as funções inerentes à urbe distribuem-se no espaço, dispersa ou concentradamente, com uma variabilidade de localização dependente de factores como a função e a própria dimensão da procura.

A adaptação a estas variâncias espaciais passa pela mobilidade social das pessoas. As migrações pendulares da população fazem parte do quotidiano de um número significativo de pessoas, conduzindo a um acréscimo de necessidade de infraestruturas, não só viárias, mas também sociais, de apoio permanente a população.

Castelo de Paiva é um dos concelhos cujos residentes empregados apresentam uma grande taxa de mobilidade no que concerne às deslocações casa–trabalho. Já na última década do século XX, em termos percentuais, a taxa de mobilidade era de aproximadamente 58% (taxa de mobilidade extra-concelhia = 28% e taxa de mobilidade intra concelhia = 30%).

Estas dinâmicas pendulares foram mantendo constância ao longo das décadas, contudo, e paradoxalmente, a qualidade das infraestruturas e dos serviços de transporte públicos – autocarros e camionetas que fazem as ligações com os concelhos vizinhos e com o litoral – é escassa e pouco eficaz, conduzindo a uma baixa dinâmica económica, ameaçando o desenvolvimento do Concelho.

Pontos Fracos	Pontos Fortes
Falta de articulação e de práticas de cooperação entre os agentes económicos do Concelho e, em especial, entre os agentes relacionados com o sector do turismo	Incentivo à fixação de indústrias no Concelho através de políticas de redução de taxas, nomeadamente nos processos de licenciamento, 50%, e da Taxa de Derrama, actualmente fixada em 0%
Reduzida oferta de actividades de animação e de actividades complementares no Concelho, com notória falta de capacidade empreendedora endógena para aproveitamento dos recursos existentes (fortes barreiras “culturais” ao empreendedorismo inovador)	Paivaфининcia, um fundo de financiamento aplicado a Iniciativas Empresariais de Interesse Regional, enquadrado no Eixo III do Programa FINICIA, criado através de uma parceria público-privada
Difícil acesso aos espaços de acolhimento empresarial, factor que contribui para dificultar a atracção e fixação de empresas (e de pessoas) no Concelho	Disponibilidade de mão-de-obra e matérias-primas no território do Concelho
Restrições do PDM ao nível das zonas edificáveis – Grande área do Concelho em Reserva Agrícola Nacional e em Reserva Ecológica Nacional	
Fraca dinâmica do comércio local na criação de ofertas mais adequadas às preferências dos consumidores locais e dos turistas	
Inexistência de actividades e investimentos orientados para a exploração dos recursos hídricos	

Ameaças	Oportunidades
Concorrência, cada vez maior, por parte de outros destinos turísticos nacionais bem como de destinos internacionais com maior sofisticação de oferta na mesma área	Desenvolvimento do sector vinícola enquanto fomento à actividade turística
Mudanças na regulamentação do sector do Vinho Verde	O rio Douro, o Paiva e o Arda como activos estratégicos para o desenvolvimento de novas actividades de lazer e para a criação de infraestruturas diferenciadoras
Tendências de diminuição do consumo de vinho por parte dos consumidores e aumento da concorrência no sector, podendo colocar dificuldades acrescidas ao sector vitivinícola do Concelho	O Destino Douro, considerado como prioritário no âmbito do Plano Estratégico Nacional para o Turismo (PENT), potenciando a atractividade do mesmo na captação de investimentos no sector
	Criação de novas indústrias - postos de trabalho - associadas à exploração de energias limpas como a biomassa

e. Rede Viária e Acessibilidades



Actualmente, a rede de acessibilidades que estrutura o território de Castelo de Paiva, apoia-se em duas variantes, nomeadamente a variante à EN 222, cuja conclusão garantiria a ligação à A32 e à CREP (Circular Regional Externa do Porto) permitindo uma maior proximidade do Concelho à faixa litoral, e a variante à EN224, futuro IC35 e que garantirá uma melhor ligação quer à margem norte do Douro quer à região Centro.

Ainda assim, Castelo de Paiva apresenta ligações à própria cidade do Porto, ao porto de Leixões e até mesmo ao aeroporto Sá Carneiro um tanto ou quanto deficientes, penalizando não só os próprios habitantes do Concelho, como os turistas/ visitantes que até aqui se deslocam.

Por outro lado, trata-se de uma questão não só relacionada com as condições da própria rede viária - traçados, perfis, estado de conservação -, mas também com os sistemas de transporte colectivo que servem o Concelho.

Poderá considerar-se ainda o como via de acesso o rio Douro, ainda que conscientes de que se trata de um meio extremamente exclusivo, com vários cais de acostagem, nomeadamente o de Midões (Raiva), o do Castelo (Fornos) e o de Concas (Pedorido) e o futuro Cais das Fontainhas (Douro 41).

Ainda sobre o rio Douro, Castelo de Paiva dispõe de um porto comercial, em Sardoura, que garante uma melhor facilidade de transporte de mercadorias.

Infraestruturas e Ambiente

À semelhança do que se verifica no panorama geral, Castelo de Paiva apresenta níveis de atendimento em abastecimento de água, drenagem e tratamento de águas residuais domésticas, e recolha e valorização de resíduos sólidos urbanos ainda aquém dos níveis expectáveis. Contudo este cenário foi sendo melhorado ao longo dos últimos anos, apresentando desde então uma rápida evolução, com expectativa de total resolução num futuro próximo.

Integrado num sistema plurimunicipal de abastecimento de água concessionado pela empresa Águas de Douro e Paiva desde 1996, o Concelho tem conseguido um atendimento regular e de qualidade na maior parte do território do Município.

Contudo, verificam-se ainda algumas situações problemáticas relativas ao abastecimento de água, uma vez que parte da população concelhia se distribui por núcleos dispersos no território, agravando assim o custo de infraestruturização per capita.

Por outro lado, embora a maioria das captações superficiais de água estejam já inativas, verificam-se situações no Concelho em que o abastecimento de água é feito através de Fontanários, levantando-se alguns problemas relativos à qualidade da água, uma vez que se trata de água captada do solo, com elevados níveis de ferro e manganês.

Relativamente à rede de Saneamento, esta encontra-se já estruturada e funcional, após a associação do Município à SINDOURO, agora encarregue pela exploração e gestão do Sistema Multimunicipal de Saneamento do Grande Porto para recolha, tratamento e rejeição de efluentes.

Desta forma, como primeira prioridade mantém-se a resolução definitiva das situações de contaminação do Rio Douro na zona urbana, o que será conseguido com o pleno funcionamento das ETAR's de Fornos, Sardoura e Pedorido.

Quanto aos sistemas de recolha de lixo, o Município está articulado com uma empresa do Vale do Sousa, a Ambisousa, de gestão intermunicipal e que garante a recolha do Ecocentro- situado na zona Industrial de Felgueiras - e o depósito de lixo em aterros próprios, permitindo o encerramento da lixeira que existira no Concelho. Contudo, faltam ecopontos e contentores do lixo no Concelho, capazes de servir os vários núcleos habitacionais, dispersos no território.

Menos evidentes são os progressos (e as perspectivas) noutros domínios ambientais, exigindo um novo posicionamento da Autarquia, dos agentes económicos e da sociedade em geral.

Trata-se de acções ao nível da preservação e valorização da paisagem, que, apesar de alguns progressos nítidos decorrentes de acções em curso, apresenta ainda focos de degradação, sejam de natureza urbanística, de deposição ilegal de resíduos ou do abandono de algumas áreas agrícolas. Também neste domínio, tendo em conta especialmente a futura aposta no turismo e a particular proximidade do Concelho aos rios Douro e Paiva, este aspecto remete para acções concertadas à escala regional, designadamente com os concelhos vizinhos.

Tem sido também promovida a generalização de práticas individuais e colectivas ambientalmente responsáveis, incidindo em aspectos como os acima referidos e, simultaneamente, na racionalização de usos de energia ou de recursos naturais, através de campanhas de sensibilização, em parceria, com entidades transversais, como a Protecção Civil, tanto a nível da educação ambiental, como ao nível da própria prevenção.

Planeamento territorial

Pode dizer-se que, em termos de Instrumentos de Gestão do Território, o Município encontra-se numa situação em que impera a natureza condicionadora e regulamentar de alguns planos, nomeadamente o POACL- Plano de Ordenamento das Albufeiras Crestuma, Lever -o PDM, o Plano de Urbanização da Vila de Sobrado, PU, e alguns Planos de Pormenor. Contudo, alguns destes planos de natureza estratégica e territorial estão desactualizados, como é o caso do PDM, prevendo-se, em breve, a sua revisão.

Actualmente, encontra-se já aprovado o Plano de Pormenor de Boure, que vem satisfazer uma das imposições do POACL.

Neste contexto, compreende-se que em diversos domínios (no desenvolvimento e qualificação da Concelho, na conclusão das redes infraestruturais, as dinâmicas da habitação, na capacidade de atracção de investimento, ...) o planeamento territorial seja visto como um obstáculo para o crescimento do Concelho.

Mesmo que não corresponda integralmente à realidade (há outros factores de maior importância a pesar nessas dinâmicas negativas!), é certo que a indefinição de regras de uso de solo e sua transformação, a falta de orientações de estratégia territorial ou a existência de normativas rígidas em áreas estratégicas para o Município não estimulam o desenvolvimento urbano. Uma visão mais assertiva seria a de que os Planos estão, logo a partir da sua aprovação, desactualizados ou inadequados, e como tal, não constituem verdadeiros elementos orientadores (e mesmo indutores) de processos de qualificação e competitividade do território.

No entanto, pode esperar-se uma evolução muito interessante neste campo. Se o Plano Director Municipal será revisto numa perspectiva de actualização e com uma filosofia de flexibilidade na concretização do modelo territorial, já o Plano de Pormenor, que incide na faixa ribeirinha -PP de Boure-, é susceptível de constituir um verdadeiro elemento dinamizador e indutor do aproveitamento qualificado dos recursos paisagísticos e da localização privilegiada do Concelho.

Pontos Fracos	Pontos Fortes
Desactualização temporal dos Instrumentos de Planeamento e Gestão Territorial	Localização privilegiada: enquadramento paisagístico, proximidade aos Concelhos vizinhos
Disponibilidade de solo urbano muito limitada pela RAN e REN	Significativo crescimento do número de visitantes, com procura crescente de alojamento hoteleiro e de restauração.
Envelhecimento da população, acompanhado de uma perda de funções urbanas e de emprego	Projectos de requalificação, em curso e previstos
Fracas dinâmicas urbanas “imateriais” que sustentem o crescimento urbano (animação diurna e nocturna, actividades culturais)	Melhoria significativa da situação relativa às infraestruturas e redes de saneamento e abastecimento de água no Concelho
Infraestruturas e serviços de transportes incompletos e com níveis de serviço e gestão deficientes.	Encerramento da antiga lixeira do Concelho e depósito dos resíduos em aterro próprio
Falta de pontos de recolha de lixo e de ecopontos nos núcleos habitacionais mais dispersos do Concelho	Maior controlo relativo aos desperdícios e perdas de água

Ameaças	Oportunidades
Crise económica global e, em particular, nas bases produtivas	O turismo enquanto chave para a recuperação da base económica e das dinâmicas urbanas
Perda da tradição comercial conducente a um maior abandono do Centro e incapacidade de gerar iniciativas empresariais que “fixem” consumos locais e turísticos	<p>A construção do IC 35 (A4- Penafiel/ S. João da Madeira), e a proximidade à A32 e, consequentemente, CREP que aumentarão o potencial de centralidade do Concelho</p> <p>A manifestação de alguma dinâmica recente de políticas públicas centradas no Douro</p> <p>Áreas significativas de carácter florestal capazes de gerar formas de energia limpa, como a Energia de Biomassa</p> <p>Potencialidades do Concelho para novas explorações e promoção do Concelho: Culturas, gastronomia, actividade vinícola, património natural e paisagístico capazes de sustentar a marca “Castelo de Paiva”</p>

2.1.3 CARACTERIZAÇÃO PAISAGÍSTICA

“Castelo de Paiva,

Nove Estrelas, Um Rosário

Uma sequência de montes e quatro rios demarcam o termo de Paiva, um redondel que sobe do Rio Douro até às cumeadas da “Serra Seca”, trocada hoje o nome para “Arreçaião”, em cujas cercanias pelejaram cristãos contra mouros no denodado esforço da reconquista.

Separando, a norte, a terra de Paiva da de Bemviver (Marco de Canaveses) e da de Penafiel de Canas, depois de Penafiel de Sousa, o exultante Rio Douro confere-lhe os maiores trunfos paisagísticos desde os rincões marginais até aos cumes rapados das costeiras.

(...)

O Douro de ontem....

(...)

Por essa via, que as lendas acariciam e as tradições realçam, deslizaram, brancos como cisnes, os castiços barcos rabelos, uma reminiscência arcaica amoldada à correnteza e aos pegos, ajustando-se-lhes a vela árabe, que tomou o nome de “latina”.

Por esse Douro, acima e abaixo, os “rabelos” iam e vinham, águas e ares despoluídos, olhando, nos vértices altivos, restos de castros lusitanos, a que o povo túrdulo deu o primeiro empurrão, monumentos de traça pré-histórica, que o eneolítico venceu, pontecendo as arribas e definindo um sistema clássico de habitação.

Na terra de Paiva o grande alinde é-lhe oferecido por esse rio feérico, com as suas altas encostas, aqui e ali cortadas pela regueira dos afluentes, cada um uma raridade sumptuosa a encastoar o mavioso “rosário”, rosal ou roseiral, ajeitando esse jardim alastrado e enchendo-o de sussurros e de fragrâncias.

Outrora, quando as suas ninfas, essas “Ireninhas” ou “Cândidinhas”, abarrotavam o ar de cantigas pelo verão ou de endechas pelo inverno, o rio punha as águas a brincar contra os rochedos que o enfrentavam, fazendo-se, ora engraçado ora macabúzio, mas sempre tonitruante.

Revia-se, depois, nas lindezas marginais, terras enfeitadas de carvalhos, de choupos e de salgueiros, que contrastavam com o dourado da “pedra-lousinha” entre a “Sardáurea” e o “Petraurito”.

(...)

Numa estilística de valor, os quadros de traço mais vigoroso ou de tintas mais sedutoras apresentavam-se na confluência desses rios, Tâmega incluído, com destaque para Fornos, para Sardoura, para Pedorido.

Hoje, o Douro não passa dum rio sem alma...

Ficou sem os pegos, a turbulência, mesmo o génio, acadimado à força das barragens, “ramadas” de betão ou grades de cárcere, que lhe roubaram o sentido idílico, desde os “arrinhos”, onde se faziam pescarias, festarolas e corridas de touros, às suas ninfas, essas “Ireninhas” ou “Candidinhas”, cujos cânticos se sumiram, porque o rio perdeu o ritmo, a própria musicalidade.

Os sáveis foram proscritos, as lampreias banidas e os barcos rabelos, ofuscados pelos comboios e pela viação rodoviária, deixaram-no para ali caído num fanico perene.

O rio, que já não é rio, inchou de preguiça, sucumbiu á morrinhice, afez-se àquele torpor mórbido, de vez em quando cortado por um soluço de saudade que lhe desxalma o corpo entumecido...

Com esses sumiços, que lhe tiraram a vida com o afogamento dos areais de Boure, de Midões, de Pedorido, Castelo de Paiva sentiu-se mais e mais pobre. Desapareceram mesmo os cardápios ds restaurantes e da mesa de rico e pobre os pratos e, que fazia maior finca-pé.

E, como a modarra se apegas, as moças de Serradelo só confeccionam o seu pão-leve, gabado à troixe-moixe, pelas romarias aos seus santos predilectos. Senhora dos Milagres, Santa Enfémia, Senhora das Amoras, Santo Adrião, Senhora de Agosto, São Domingos, Santa Luzia, São Lourenço, Senhora dos Remédios...

E é nesse pão-de-ló de Serradelo, de paladar tão requintado, que se ensopa o tinto de Bairros, dando lugar a escaramuças e, que o marmeleiro é rei e senhor. Especialmente pela eucaliptada freguesia do “Paraíso”, na festividade que não honra Santa Eufémia, onde ao pão-leve se juntam os bifes duma dúzia de bovinos e as tripas à portuguesa bem condimentadas pelos cominhos. Mas, o calor e a feijoada puxam por essas e por outras folestrias...

(...)

Diferentes, cheias de sumo místico, foram as procissões do “Corpus Chrsti” em Sobrado de Paiva. Formadas junto à igreja matriz, seguiam um itinerário costumeiro, com janelas alinhadas por colchas de damasco, pelo Largo (hoje do Conde de Castelo de Paiva), rua Direita, rua e largo de S. Sebastião, “Fonte” e rua de José Luciano.

(...)

No início [do século XX] vivia-se, dava gosto viver-se, romanticamente pelas terras de Paiva. Com bailaricos desprestiosos, com piqueniques animados, com magustos risonhos. Jogava-se a “política” como um tempero, os “progressistas” do Conde levavam a palma, como se jogava a bisca ou a sueca pelas grandes noites inverneiras.

(...)

Em finais do século [XIX] a “viela” de Sobrado dera lugar ao “Largo”, um pedaço de terra batida, ladeado por tílias e por palmeiras, onde o rapazio jogava ao pião e as “criadas” atravessavam rumo ao “chafariz” ou ao lavadouro público para as bandas da Boavista.,

O centro de convívio fixava-se na “Farmácia Gonçalves”, dada a falência da “Assembleia”, alastrando os temas de conversa pela política, a maioria progressista enfiava num saco a minoria regeneradora; pelas carências ou abastanças do concelho, gabando-se, à tripa forra, a qualidade do vinho, fosse ele branco ou tinto, do mel, do azeite e da manteiga...

Num ponto eram unânimes. Na excelência da paisagem paivense, especialmente nos trechos virados ao Douro, aquele panorama de Catapeixe enchia os olhos, como era retumbante a vista de Sardoura para Entre-os-Rios. Mas, a “sala de visitas” estava um pouco mais além, no alto da Serra de s. Domingos, onde havia um encadeamento de sortilégios, os pendores das arribas, os arabescos das encostas, aquele promontório de Oliveira do Arda....

(...) “In CASTELO DE PAIVA, Monterey, Guido de, Babel, Agosto de 1997

O Rio Douro serpenteia por entre ravinas, emergindo daqui pequenas aldeias das quais os habitantes durante muito tempo tiraram o seu sustento. O Paiva, o menos poluído da Europa, é um local de sonho. As suas puras águas descem por entre pedras e calhaus. A Ilha dos Amores, na foz do rio Paiva, no Douro, é mais uma artimanha da Natureza. Por entre as águas destes Rios vêem-se circular embarcações (umas mais tradicionais do que outras!). O Rio Arda, vagueando por margens recobertas de verde, convida a umas horas de lazer. Daqui emergem tesouros panorâmicos, lembrados na vista de qualquer um que daqui leva um pedacinho da sua serenidade e paz.

A gastronomia é um verdadeiro convite à visita do Concelho. O Sável, o Arroz de Lampreia, o Cabrito Assado, os Doces e Pão- de- Ló de Serradelo enchem o ego a qualquer um.

Objectos em Cobre e Estanho, Cestaria, Tecelagem, Miniaturas de Barcos Rabelos e de Casas em Xisto e Ardósia, renovam a tradição que se fora apagando pelos anos.

Nas encostas do rio Paiva produz-se o Vinho Verde Tinto que sobressai na paisagem verdejante. Por estes lados, o límpido Paiva convida a uma merecida abstracção. Do Mira-Paiva, vê-se a história que une Castelo de Paiva e Cinfães, uma Ponte em granito de um só arco.

Quando o Paiva chega ao Douro, abraça-o. Encontra a “Ilha dos Amores”!

E agora desce. Desce e vai buscar o Arda.

Aqui, as povoações de xisto despedem-se e escondem-se no monte de São Domingos, por onde se aventuram os peregrinos da alma. Ah!, aqui sim, aqui o Douro é grande, e faz história!!

Do outro lado, por entre os montes e campos avista-se Arouca, mais verde do que Ela própria, mais florescente do que Ela própria, mais bela do que Ela própria o é.

Castelo de Paiva é uma Vila tranquila e pitoresca, entre serranias e vinhedos. Nas proximidades, velhos solares, a fita azul do Rio Douro, os antigos portos de barcos rabelos, as aldeias históricas de xisto e os miradouros povoam uma paisagem que conta as histórias do seu povo hospitaleiro e alegre.

O folclore é a expressão popular da arte nas manifestações puras de alegria da nossa gente. Traduz-se em canções, em danças, em descantes ou em mistos de coreografias e música harmoniosa e folgazã.

Talvez por isso, o seu folclore, que evoca antigas tradições, se apresente com muito ritmo. Há nele danças típicas e populares, com tons mais ou menos expressivos e de colorido atraente, nos cambiantes da alma do nosso povo.

Seja através da chula, do vira, do malhão ou do verde- gaio, a alegria popular revela sempre um sentimento elevado, que dá vida à terra e às gentes de Paiva.

Aqui, as Festas e Romarias concentram milhares de peregrinos em torno de esta- fadas igrejas e capelas situadas no alto de montes -festividades em honra de Santo Adrião e S. Domingos da Serra -, a grandiosa romaria de Stª Eufémia e o S. João, com as suas marchas populares.

E há também a Feira do Vinho Verde, repleta de boa gastronomia, uma iniciativa municipal, que no primeiro fim-de-semana de Julho, capaz de arrastar milhares de visitantes, apreciadores do bom vinho verde e da boa cozinha regional.

Para além disso, merece aqui também referência a participação das Juntas de Fre- guesia do Concelho, dos comerciantes e produtores de fumeiro e instituições de solidariedade social do município.

Outro evento de grande relevância na região é a Feira do Século XIX, que em Setem- bro se realiza no Parque das Tílias, em Sobrado, sob a égide da ADEP, com o apoio municipal.

Trata-se de uma excelente oportunidade para apreciar a gastronomia de tempos mais recuados, as tradições e costumes de outrora, recriadas com o apoio das asso- ciações e dos ranchos folclóricos locais.

Também a feira quinzenal é um ponto de encontro dos paivenses, que aqui encon- tram todo o género de produtos e bens necessários ao normal quotidiano.

Castelo de Paiva apresenta-se como um Concelho marcado mais do que pela His- tória, pelas Estórias dos seus habitantes, pelas tradições e costumes que foram ca- racterizando e pontuando o seu território. Um território de paisagens, é certo. Mas paisagens que merecem ser vivenciadas, que merecem ser cuidadosamente desven- dadas. Sem pressas, sem tempo, sem tempos.

Pontos Fortes	Pontos Fracos
Localização geográfica privilegiada, associada à proximidade ao grande centro urbano do Porto, beneficiando do confronto com a sua Área Metropolitana: proximidade ao aeroporto Sá Carneiro, ao porto de Leixões e da rede viária principal.	Reduzida capacidade de fixação populacional, associada a um parque habitacional envelhecido e degradado: fracas condições de habitação, principalmente nalgumas áreas rurais -não só a nível do edificado, mas também das próprias redes de infraestruturas básicas
Qualidade de vida associada à potencialidade de espaços verdes e ausência de poluição, bem como à existência de uma densa e diversificada rede de equipamentos.	Peso relativamente elevado dos alojamentos ocupados pelo proprietário, o que, associado ao envelhecimento da população e aos fracos recursos económicos, tem agravado a degradação dos edifícios e das condições de habitabilidade
Melhoria significativa da situação em infraestruturas ambientais (redes de abastecimento de água, de saneamento e de tratamento de resíduos sólidos)	Fraca dinâmica construtiva associada à ausência de dinâmicas de reabilitação: Áreas de edificado degradado (zona histórica e freguesias rurais)
Projectos de requalificação em curso e previstos	Preço relativamente elevado do solo e da habitação, comparativamente com municípios vizinhos, contraditório aos níveis desfavoráveis de poder de compra e de rendimento colectável
Investimento na formação e qualificação dos postos de trabalho, através de medidas como a actualização da Carta Educativa, com implicações positivas a médio e longo prazo	Infraestruturas e serviços de transportes incompletos e com níveis de serviço e gestão deficiente associado a más condições de acessibilidades: Ligação da variante à 222 ao IC32 longe de estar concluída, bem como o próprio IC35. Em contraponto, a dependência funcional aos pólos urbanos quer do Porto (AMP), quer de Penafiel (AMVS)
Existência de estabelecimentos de ensino adaptados às novas tecnologias e bem equipados em termos de recursos físicos e humanos	População activa ainda com baixas qualificações escolares e profissionais associado a um histórico de desvalorização dos percursos de aprendizagem e às elevadas taxas de insucesso e abandono escolares, conduzindo à ausência de formação profissional no Concelho, capaz de se articular com o actual mercado de trabalho: verifica-se uma reduzida formação profissional no Concelho, qualificada para as novas unidades empresariais
Apoio social acentuado proveniente de algum dinamismo associativo, bem como de uma Rede social coesa	Histórico de intervenções de âmbito social indevidamente planificadas, incapazes de chegar a uma população ainda envelhecida e carenciada, com uma postura clientelista face à acção social
Redes de abastecimento e saneamento capazes de servir grande parte do Concelho	Falta de articulação e de práticas de cooperação entre os agentes económicos do Concelho e, em especial, entre os agentes relacionados com o sector do turismo
Incentivos à fixação de indústrias no Concelho através de políticas de redução de taxas - licenciamento, 50% e derrama, actualmente de 0%- ou de financiamentos a Iniciativas Empresariais de Interesse Regional	Agricultura de minifúndio associada a um excessivo parcelamento das explorações: individualismo e baixo espírito associativo e empresarial condutor de uma certa incapacidade para a competitividade
Disponibilidade de mão- de-obra e matérias-primas no território do Concelho	Reduzida oferta de actividades de animação, com notória falta de capacidade empreendedora endógena para aproveitamento dos recursos existentes (fortes barreiras “culturais” ao empreendedorismo inovador)
Potencial para um investimento no material endógeno, como o vinho verde, ou até mesmo na valorização do Concelho a nível turístico	Fracas dinâmicas urbanas “imateriais” que sustentem o crescimento urbano (animação diurna e nocturna, actividades culturais)
Localização privilegiada, quer pelo enquadramento paisagístico, quer pelas relações de proximidade com Concelhos vizinhos	Fraca dinâmica do comércio local na criação de ofertas mais adequadas às preferências dos consumidores locais e dos turistas bem como inexistência de actividades e investimentos orientados para a exploração do rio.
Importância dos Rios Douro, Paiva e Arda enquanto recursos naturais e paisagísticos com grandes potenciais de desenvolvimento turístico	Preço elevado das edificações, tanto para habitação como para outros usos
Património cultural enriquecido pelas tradições associadas ao mundo rural e religiosas verificadas no Concelho	Restrições do PDM ao nível das zonas edificáveis – Grande área do Concelho em RAN e em REN
Significativo crescimento do número de visitantes, com procura crescente de alojamento hoteleiro e de restauração.	
Dinâmica positiva da ocupação sazonal, sobretudo em zonas rurais, enquanto solução para alguns alojamentos vagos e/ou degradados e/ou isolados	

Ameaças	Oportunidades
Associado a uma certa pressão urbanística, a Expansão da área urbana sem regras estabilizadas (degradação do núcleo urbano central, por exemplo).	Integração em rotas turísticas através do seu elevado valor paisagístico, histórico- tradicional e cultural e com oferta de zonas de elevada tranquilidade para residir, nomeadamente Rota do Românico e Rota do Vinho Verde
Instrumentos de Gestão Territorial com atraso na elaboração/aprovação	Tendência recentemente reforçada de concertação entre as políticas públicas nacionais social, urbana e de habitação
Territórios vizinhos mais competitivos e atractivos ao nível dos custos com a construção e habitação e/ou com maior dinamismo económico e/ou com melhores acessibilidades	Conclusão de todas as redes em alta de abastecimento de água e águas residuais através da construção das ETAR's municipais
Dinâmicas demográficas negativas: dificuldades na fixação e atracção de população, especialmente jovem; presença significativa de população envelhecida (famílias unipessoais de idosos e de fracos recursos)	Dinamização da actividade económica (crescimento do turismo e renovação das dinâmicas agrícolas -vinho) e consequente oferta de novas oportunidades à população (factores susceptíveis de promover a fixação e atracção de residentes)
Baixo poder de compra da população em geral e elevado peso da população dependente de subsídios da Segurança Social	O crescente desenvolvimento do tecido empresarial para novas áreas de especialização tecnológica capazes de reduzir as taxas de desemprego verificadas até então
Ausência ou baixo dinamismo na oferta de emprego	Criação de novas indústrias – postos de trabalho – associadas à exploração de energias limpas como a biomassa: Áreas significativas de carácter florestal
Corte de programas de apoio à habitação e reabilitação urbana	Condições para a fixação de pólos de ensino mais direccionadas para as actividades económicas desenvolvidas no Concelho: formações associadas às diferentes indústrias, explorações florestais, agricultura, vinicultura, turismo,
Perda de população qualificada associada tanto à diminuição da população estudantil como à emigração da população jovem e qualificada	A manifestação de alguma dinâmica recente de políticas públicas centradas no Douro: aproveitamento das frentes ribeirinhas enquanto espaços de lazer e usufruto
Prestação de serviços públicos desadequados devido a, por exemplo, o distanciamento de alguns organismos públicos à população	O turismo enquanto chave para a recuperação da base económica e das dinâmicas urbanas
Concorrência cada vez maior relativamente a destinos turísticos nacionais bem como de destinos internacionais com maior sofisticação de oferta na mesma área	O Destino Douro, considerado como prioritário no âmbito do Plano Estratégico Nacional para o Turismo (PENT), o que potenciará a atractividade do mesmo na captação de investimentos no sector
A perda da tradição comercial conducente a um maior abandono do Centro e incapacidade de gerar iniciativas empresariais que “fixem” consumos locais e turísticos	O rio Douro, o Paiva e o Arda como activos estratégicos para o desenvolvimento de novas actividades de lazer e para a criação de infraestruturas diferenciadoras
Crise económica global e, em particular, nas base produtivas associada a uma tendência de diminuição do consumo de vinho por parte dos consumidores e aumento da concorrência no sector dos vinhos.	Desenvolvimento do sector vinícola enquanto fomento à actividade turística
Concertação e articulação das instituições concelhias.	Potencialidades do Concelho para novas explorações e promoção do Concelho: Culturas, gastronomia, actividade vinícola, património natural e paisagístico capazes de sustentar a marca “ Castelo de Paiva”
	A construção do IC 35 (A4- Penafiel/ S. João da Madeira), e a proximidade à A32 e, consequentemente, CREP que aumentarão o potencial de centralidade do Concelho
	Capacitação dos agentes públicos e privados por via da formação e/ou da captação de recursos humanos, para intervenções tecnicamente mais fundamentadas.
	Revisão do PDM, possibilitando um reajustamento das delimitações ao nível RAN e REN, bem como dos solos urbanos e rurais

2.2 PERSPECTIVA ESTRATÉGICA

A necessidade de desenvolver uma visão estratégica para Castelo de Paiva surge associada a um forte voluntarismo para a regeneração urbana do território concelhio, que se crê potenciador de novas dinâmicas atractivas.

A “reavivação” da identidade local, através da valorização das suas mais-valias, quer paisagísticas, quer ambientais, culturais ou até mesmo gastronómicas, aparece como meio para o reposicionamento do Concelho no panorama nacional.

Desta forma, esta Visão sobre o Concelho visa a sustentabilidade do seu desenvolvimento, assente na valorização e optimização dos recursos existentes, fomentando a criação de pólos de atractividade territorial, bem como a coerente harmonização entre eles. A articulação entre a dimensão vincadamente rural e a dimensão urbana no Concelho torna-se fundamental.

A qualificação urbanística, o desenvolvimento económico, a competitividade, a empregabilidade, a própria projecção do Concelho ou até mesmo ao reforço identitário são aqui apresentados enquanto meios para um desenvolvimento sustentável. Sustentável e coeso, como se de uma rede se tratasse, onde a articulação entre todos os campos de acção e processos de implementação de medidas estratégicas deverá estar interligada e ser consequente.

Por outro lado, esta visão orientadora para o Concelho remete para a necessidade de uma prática continua de planeamento estratégico e transversal, capaz de perdurar, adaptar-se a um horizonte temporal de médio e longo prazo e pensado a uma escala global, fomentando um desenvolvimento prospectivo, integrado e harmonioso.

Trata-se de uma estratégia pensada para os habitantes do Concelho enquanto principais utilizadores do espaço, procurando o seu desenvolvimento enquanto território aprazível para as vivências do quotidiano, aonde seja possível conjugar o VIVER com o TRABALHAR e o VISITAR, garantindo uma melhor qualidade de vida.

Neste contexto não é passível ignorar a identidade colectiva e simultaneamente a individualidade de cada Cidadão, promovendo, em parceria com as principais entidades activas no Concelho, iniciativas capazes de articular esta dualidade e chegando a um maior número de Cidadãos possível.

Por outro lado, reconhecendo as potencialidades do Concelho, torna-se imperativo a sua projecção, fomentando mais e de melhor forma as suas capacidades de oferta: Promover os recursos do território de Castelo de Paiva, publicitando-os enquanto pólos atractivos.

Trata-se de uma estratégia que visa a atractividade do Concelho, tanto a nível de investimento e empresas e de competências e serviços, como a nível de residentes e visitantes, ou até mesmo, numa perspectiva global, ao nível de novas articulações entre funções locais, regionais e nacionais.

A ideia de Regeneração ganha novamente relevância, enquanto meio para travar a degradação e desqualificação dos espaços urbanos, introduzindo dinâmicas de reequilíbrio social e urbanístico, bem como mecanismos de coesão social, suprimindo as carências existentes relativas a infraestruturas e equipamentos, apontando para a necessidade de efectuar investimentos orientados para uma reestruturação e reabilitação do tecido urbano, em resposta às necessidades da população.

Apresenta-se aqui uma nova oportunidade para o Concelho construir e promover uma trajectória de atractividade assente na regeneração, dando viabilidade à afirmação de condições de vida num contexto onde a baixa densidade e o descongestionamento não signifiquem um travão à modernidade ou às oportunidades de escolha, mas antes o arranque para as iniciativas e o dinamismo necessários para estancar a desertificação e a actual conjuntura económica e social regressiva.

Trata-se de um processo assente na valorização e no repensar dos recursos paisagísticos, urbanísticos, ambientais, económicos e culturais do Concelho, garantindo simultaneamente a preservação da sua identidade e a capacidade de dar continuidade às dinâmicas desenvolvidas em prol de um Concelho competitivo e equilibrado.

Enquanto visão estratégica, esta abordagem teórica ao território do Concelho não deixa de ter algumas fragilidades associadas, não só a uma visão que corre o risco de de global passar a generalista, como de desactualização e desarticulação temporal relativas às intervenções previstas.

A definição de objectivos para o desenvolvimento territorial torna-se fundamental para a implementação das directrizes estratégicas necessárias para uma equilibrada articulação de escalas - local, regional e até mesmo nacional -, contextualizadas num terreno de acção específico e com relativa capacidade de adaptação às sucessivas mutações da envolvente.

Desta forma, é peremptório um planeamento, quer temporal, quer financeiro de todas as acções abrangidas, de forma a garantir uma maior conciliação e harmonia entre as intervenções. Só assim poderá ser dada resposta à complexidade que este desafio exige.

Dada a especificidade de cada território, é de extrema relevância o diagnóstico aprofundado ao Concelho de Castelo de Paiva, meio a partir do qual será possível delinear as linhas de acção para a regeneração do seu território, aplicando-se a espaços estrategicamente identificados, tendo em conta especificidades territoriais bem como as dinâmicas potenciais e implementadas.

Por outro lado, a definição de eixos de intervenção, quer a nível funcional quer a nível de território, torna-se peremptório para a estruturação de uma intervenção global, entendidos aqui não como uma finalidade, mas antes como o início de todo o processo regenerativo do Concelho.

Desta forma, pretende-se uma Regeneração Urbana de Castelo de Paiva em prol da afirmação do Concelho enquanto:

Espaço para VIVER, moldado em função das vivências da população residente e para uma maior capacidade de atracção sobre novos residentes:

- Fomentar novas vivências integradas e num ambiente aprazível, qualificando uma rede de equipamentos e serviços adequados às exigências de qualidade de vida e às características da população, promovendo um ambiente atractivo e propício à fixação das pessoas.
- Criar condições de atractividade para o estabelecimento de recursos humanos qualificados, cruciais ao desenvolvimento de sistemas económicos, assentes nos ciclos produtivos e da produtividade.
- Promover a identidade colectiva do Concelho através da regeneração do espaço urbano e das vivências, transformando-o num espaço atractivo e onde é bom viver.

Espaço para TRABALHAR, dinamizado pela conjugação de espaços empresariais e industriais com espaços comerciais e de serviços, fomentando uma dinâmica estruturada de criação de riqueza, valor e emprego.

A vertente da inovação e conhecimento ao dispor das actividades económicas apresenta-se enquanto valor acrescentado nos processos produtivos, valorizando uma economia local qualificada e competitiva.

Por outro lado, a redução do desemprego e dinamização do mercado de trabalho aparecem como factores com implicações no desenvolvimento de mecanismos de coesão social, garantindo melhores condições de acesso (poder de compra, etc,) e, maior qualidade de vida.

- Densificar as actividades económicas e potenciar a instalação de novas actividades provenientes de oportunidades geradas por projectos de abrangência regional/nacional e por novas tendências de investimento – novas formas de energia limpa, novos conceitos de turismo (rural, radical, ...) – em prol da modernização, diversificação e alargamento da base económica do Concelho, conduzindo à criação de postos de trabalho e, consequentemente, a uma maior capacidade de fixação de população, cada vez mais qualificada.

Espaço para VISITAR, associado a um dinamismo das actividades económicas, incrementando, tanto a nível de quantidade como de qualidade, os pólos de atractividade turística: iminência de estruturação de uma rede de organização profissionalizada capaz de fomentar a atractividade turística através de uma densificação dos serviços de apoio às actividades, bem como a valorização de património cultural, tradicional, gastronómico e paisagístico.

- Definição de um novo perfil produtivo, assente nos vectores de atractividade turística, apostando no desenvolvimento não só do turismo em si, como também nas actividades relacionadas, nomeadamente restauração, comércio, cultura, ...

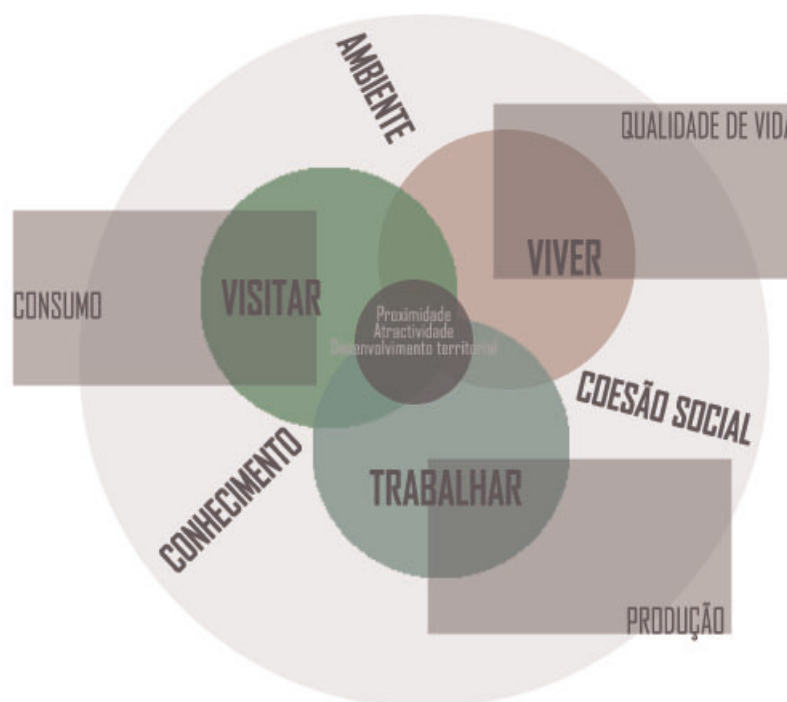
- Densificação das oportunidades de acesso à cultura, lazer, visitação, de possibilidade de usufruto dos recursos endógenos e identitários do território, condutores de vivências sociais qualificadas e do direito de fruição e utilização do território.

Por outro lado, não é possível delinear um território para Viver, Trabalhar e Visitar sem englobar, dimensões interrelacionais e transversais como as perspectivas sociais, económicas, ambientais, da mobilidade ou até mesmo educativas.

Problemáticas relacionadas com a população, a habitação e o mercado imobiliário, os transportes e a mobilidade, o ambiente urbano e o património edificado, a estrutura ecológica, a oferta de equipamentos, as actividades económicas e a empregabilidade, o turismo, a cultura, o lazer e o próprio ordenamento do território, apresentam-se então como focos de actuação e que deverão ser articulados de forma a convergirem para o desenvolvimento sustentável do Concelho.

Concelho esse que se pretende solidário, jovem e dinâmico, competitivo e economicamente atractivo, capaz de se transformar numa referência turística, fazendo jus às suas tradições e recursos naturais e culturais.

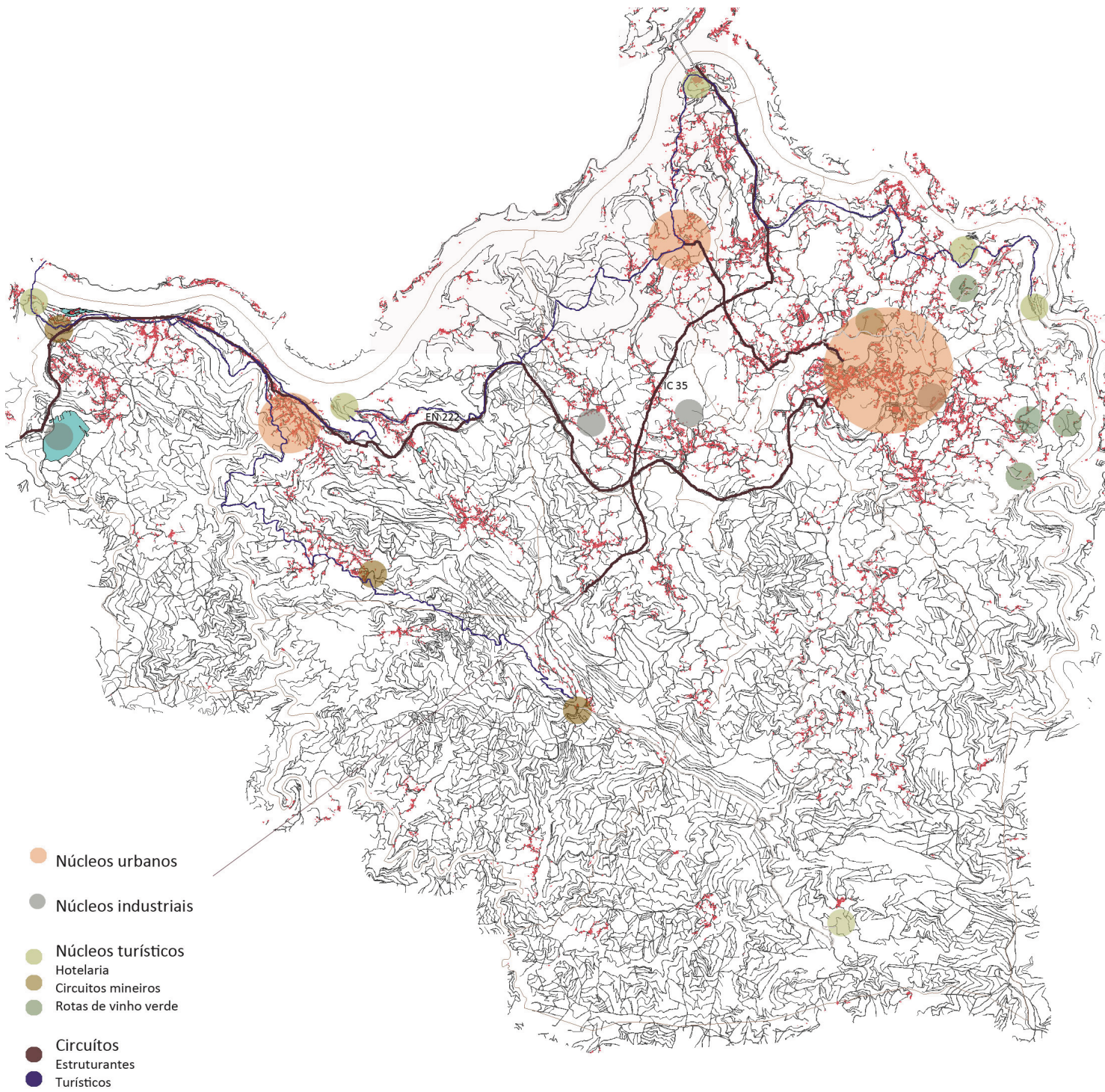
Assim, pretende-se que a Visão Estratégica aqui apresentada seja assumida como um processo contínuo, participativo e proactivo, resultando não num conjunto de normas ou num programa eleitoral, mas antes numa estrutura flexível e adaptável, capaz de representar uma vontade colectiva e identitária, baseado num exercício sério de diagnóstico prospectivo e delimitação das potencialidades e ameaças que se colocam.





3. ESTRATÉGIA DE INTERVENÇÃO PARA UMA REGENERAÇÃO URBANA INTEGRADA

AQUI, ASSUMEM-SE COMO PREOCUPAÇÕES CENTRAIS A PRESERVAÇÃO E VALORIZAÇÃO DOS RECURSOS E DO PATRIMÓNIO NATURAL, VECTORES ESSENCIAIS DA **QUALIDADE DE VIDA DA POPULAÇÃO**, E DA **PROMOÇÃO DO CRESCIMENTO**, QUER AO NÍVEL DAS ACTIVIDADES JÁ CONSOLIDADAS – INDÚSTRIA, AGRICULTURA, VINICULTURA, – QUER AO NÍVEL DE POTENCIAIS ACTIVIDADES- O TURISMO, REESTRUTURANDO UM SISTEMA TERRITORIAL E URBANO COESO, MODERNO E COMPETITIVO, ALICERÇADO NUM OBJECTIVO COLECTIVO, A APOSTA NA INOVAÇÃO E EM ACTIVIDADES ECONÓMICAS COM MAIOR POTENCIAL DE DESENVOLVIMENTO COMPETITIVO.



3.1 ÁREA DE INTERVENÇÃO

Para que a Visão Estratégica aqui delineada seja exequível, é fundamental fixar metas e objectivos realistas, empiricamente fundamentados, num contexto de equilíbrio e adequação, dando primazia grandes projectos com capacidade de repercussão no processo de desenvolvimento do Concelho, entre os quais se incluem projectos que ultrapassam a escala administrativa e local do Município.

Da necessidade de uma base de trabalho realista, surge a relevância atribuída ao diagnóstico prospectivo efectuado, capaz de identificar as debilidades e potencialidades do Concelho. Por outro lado, a análise contextual da realidade do Concelho permite concluir acerca do seu estado actual e das iniciativas, mais ou menos incisivas, que têm sido implementadas.

À obrigatoriedade de decisão e escolha estará explicitamente associada uma maior concentração de recursos em determinados eixos de intervenção, opondo-se a uma estratégia orientada por princípios de abertura a todas as áreas: a certeza de restrições financeiras implica, necessariamente, investir selectivamente em determinados segmentos estratégicos e áreas específicas, garantindo, naturalmente, um equilíbrio consciente e que possibilite intervenções transversais a várias áreas.

A dicotomia rural-urbano surge associada a esta necessidade de decisão, uma vez que, cada vez mais, se verifica um voluntarismo para desenvolver uma lógica não de oposição, mas antes de colaboração e complementaridade entre o urbano e o rural, valorizando uma visão indissociável entre o mundo rural e as áreas urbanas.

Contudo, as assimetrias e/ou desigualdades que diferenciam estes “territórios” existem, tendem a persistir a nível social, nomeadamente em termos de perfil produtivo, valias económicas ou até mesmo de oportunidades de emprego.

O esbatimento da dicotomia, quer ao nível da qualificação e competências dos territórios, quer dos agentes e populações que aqui operam e vivem, ou até mesmo dos bens e serviços que se produzem e oferecem, resultará de e num diálogo ponderado por factores de complementaridade e relação sinérgica, conducentes da modernização, renovação e enquadramento desta temática em novos desafios estratégicos de reposicionamento competitivo e afirmação territorial.

Em Castelo de Paiva, Concelho com uma forte vertente rural, torna-se fundamental o desenvolvimento de linhas de aproximação rural-urbano, promovendo novos pontos de equilíbrio na relação entre distâncias, física e tempo de deslocação (e que remete para as questões de acessibilidades e do alargamento sucessivo do raio de deslocação admitido nas deslocações pendulares), novos equilíbrios entre disponibilidade e usufruto (que remete para uma tendencial desmistificação do conceito de proximidade, enquanto argumento de facilidade de acessibilidade, de utilização e de fruição), novos relacionamentos económicos, pela modernização do perfil produtivo (modernização das actividades tradicionais, desenvolvimento de produtos inovadores, etc.), novas formas de comunicação e emprego, novos paradigmas de articulação funcional, e até mesmo novas tipologias de complementaridade.

A “encruzilhada” rural-urbano na qual se encontram os territórios que vivenciam processos de reposicionamento territorial, seja materializada num evidente crescimento urbano e simultânea regressão do espaço rural (justificada pela recessão da actividade agrícola e, por consequência, das dinâmicas económicas associadas), seja materializada no alargamento do grau de abrangência de realidades construídas com base na predominância de uma escala territorial (exemplificado pelo alargamento do raio de influência das áreas metropolitanas), corresponde a uma alteração no diálogo rural-urbano, agora assente em importantes desafios de reajustamento territorial e afirmação competitiva na confluência de dinâmicas distintas e capazes de gerar espaços de crescimento sustentados por argumentos diferentes dos tradicionais.

O novo quadro de relações rural-urbano pressupõe, por um lado, a configuração de um sistema urbano equilibrado e policêntrico com efectivas capacidades de repercutir os efeitos de arrastamento nos territórios rurais de proximidade, contribuindo para a diminuição das desigualdades territoriais e, por outro lado, para o aparecimento de novas actividades e funções em áreas rurais, resultantes da crescente tendência de urbanização destes espaços, da reestruturação e do aumento da mobilidade, e que se traduzem no alargamento e dinamização das bacias de emprego.

O perfil rural do concelho de Castelo de Paiva exige que seja incorporada na respectiva Visão Estratégica, a problemática do novo relacionamento rural-urbano que extravasa a tradicional abordagem antagónica.

De facto, a subversão da tradicional separação rural-urbana perspectiva para Castelo de Paiva passos decisivos no sentido da afirmação da sua identidade rural no contexto da existência de uma rede estruturada de pólos urbanos com um potencial crescimento hierarquicamente assumido. Equaciona-se o reforço da posição assumida pela sede de Concelho enquanto centro de afirmação urbana de excelência -Vila de Sobrado- e, simultaneamente, o reforço das características de urbanidade de outros pólos cuja dimensão e relevância estrutural o justifiquem -Vilas de Sardoura e Raiva.

Por outro lado, Castelo de Paiva integra-se numa área de proximidade da Área Metropolitana do Porto, o que lhe confere o grande desafio de integração nas rotas de desenvolvimento potenciadas por essa privilegiada localização estratégica.

A Área Metropolitana do Porto estende-se a um conjunto de territórios que têm vindo progressivamente a ser abarcados pelas dinâmicas demográficas e económicas do seu pólo central que já há muito extravasa a própria cidade do Porto, e que se vai consolidando e alargando ao longo das suas principais vias de acesso.

Esta realidade metropolitana, associada a uma grande polarização de pessoas e actividades está longe de ser a desejada para Castelo de Paiva, apresentando o Concelho um posicionamento estratégico, de transição para a Área Metropolitana do Porto, mas longe das lógicas suburbanas de dormitórios congestionados, menos seguros e menos dotados de qualidade de vida, o que requer um importante esforço de afirmação económica, empresarial e social, atento às novas oportunidades estruturantes do território – vias e acessibilidades, nomeadamente IC35 e IC32 e o próprio Rio Douro - capazes de alterar a aparente posição de distanciamento do “Centro”, provocando novos impulsos a este território.

Neste referencial estratégico de escala regional, assumem-se como preocupações centrais a preservação e valorização dos recursos e do património natural, vectores essenciais da qualidade de vida da população, e da promoção do crescimento, quer ao nível das actividades já consolidadas – indústria, agricultura, vinicultura, – quer ao nível de potenciais actividades- o turismo-, reestruturando um sistema territorial e urbano coeso, moderno e competitivo, alicerçado num objectivo colectivo, a aposta na inovação e em actividades económicas com maior potencial de desenvolvimento competitivo.

3.1.1 O ESPAÇO DA ACÇÃO

A dualidade inerente a um território predominantemente rural, e simultaneamente, com efectivas responsabilidades de geração de efeitos indutores e difusores de desenvolvimento sócio-económico, conduz à necessidade de fomentar a consolidação dos principais núcleos urbanos, enquanto pólos aglutinadores e de particular relevância num Concelho de carácter marcadamente disperso.

As intervenções focalizadas maioritariamente nas Vilas de Sobrado, Sardoura e Raiva, vêm de encontro à necessidade de estruturar uma rede de pólos urbanos estratégicos, difusores de desenvolvimento e garante de uma certa coesão territorial, acessível à maior parte da população do Concelho.

Desde sempre, as três Vilas desempenharam funções estruturantes no Concelho, sendo fundamental uma estratégia de dinamização destes pólos enquanto áreas de interesse estratégico de desenvolvimento do Município e capazes de reunir condições de qualidade e de sustentabilidade para os seus habitantes.

Trata-se de uma estratégia que visa não o desenvolvimento exclusivo destes núcleos -através da construção de novas oportunidades de desenvolvimento económico e cultural, reavivando as dinâmicas que os definem enquanto centros -, mas antes encara esta prioridade como um ponto de partida para um desenvolvimento do Concelho sustentável, capaz de delinear um território articulado e coordenado.

Regenerar está associado à ideia de voltar a gerar, de revitalização, sendo iminente a aposta nos pólos atractivos do Concelho de maior potencialidade e capazes de gerar novas vivências urbanas, quer no domínio do desenvolvimento económico-social, quer no domínio social, quer cultural ou até mesmo do domínio da própria reabilitação urbana.

Por outro lado, Castelo de Paiva insere-se num contexto local de baixa densidade institucional, sendo peremptório a concentração dos principais serviços em núcleos estruturados, infraestruturados e acessíveis. Só assim poderão ser impulsionadas novas dinâmicas urbanas.

Ainda que a reduzida escala, a visão estratégica de um Concelho polinucleado aparece como meio para dar resposta a uma distribuição populacional no território dispersa, sendo o princípio para a estruturação de redes e eixos de desenvolvimento consequentes no território, abrangentes e articuladas, definindo um território interligado, animado e coeso.

3.2 LINHAS ESTRATÉGICAS DE DESENVOLVIMENTO

“ Viver, trabalhar e visitar” são os vectores que norteiam as actuações definidas e cujas intensidades de intervenção se encontram ajustadas às dinâmicas da envolvente e dos projectos estruturantes, bem como às condicionantes territoriais do Concelho, associadas à articulação dos três principais pólos de desenvolvimento a nível territorial.

A determinação da estratégia de desenvolvimento para Castelo de Paiva assenta sobre o diagnóstico efectuado ao seu território, resultando daí intervenções dirigidas à resolução de um conjunto de constrangimentos detectados e que condicionam o seu aproveitamento, bem como à valorização das mais-valias inerentes a este território e às suas especificidades.

Da interpretação perante a análise SWOT feita ao território de Castelo de Paiva (Pontos Fortes, Pontos Fracos, Oportunidades, Ameaças, e respectivos cruzamentos) é então possível concluir acerca das grandes linhas estratégicas conducentes à Regeneração de um Concelho que se pretende para VIVER, TRABALHAR e VISITAR.

1-Optimização do posicionamento de Castelo de Paiva na sua relação de proximidade com os grandes centros urbanos.

Não sendo um dos territórios-dormitório inseridos na Área Metropolitana do Porto, Castelo de Paiva beneficiará do seu actual processo de consolidação e do alargamento através das novas dinâmicas económicas e demográficas, ao longo das principais infra-estruturas viárias que servem a AMP, como a A41, o futuro IC32 e a própria reestruturação da EN222.

Actualmente, Castelo de Paiva apresenta uma certa debilidade nos sistemas infra-estruturais e nos serviços de transporte de pessoas e mercadorias. A não conclusão da variante à N222 e até mesmo a falta de conexão do porto de mercadorias de Sardoura com esta variante apresentam-se como tal.

Face à conjuntura actual, será difícil contornar esta situação deficitária a partir de uma acção individual do Município. Contudo, há que fazer esforços no sentido de promoção municipal ou intermunicipal em prol da execução de redes e sistemas, bem como de uma participação activa em processos de planeamento e criação de novas soluções à escala regional.

Algumas das medidas de maior alcance que podem ser promovidas de forma a consolidar não só a posição do Concelho como a própria situação regional são:

- Concertação, com outros municípios da Região (Arouca, Santa Maria da Feira, Vila Nova de Gaia, Penafiel, Cinfães) para garantir, através de pressistência junto das autoridades governamentais, o avanço da conclusão da variante à N222 e o arranque do IC35, ambos já articulados com o IC32 e A41. Estes eixos garantiriam uma ligação mais próxima à Área Metropolitana do Porto a ao Litoral, reforçando, simultaneamente a conexão entre os próprios concelhos, otimizando assim os fluxos produtivos abrangidos.

- Planeamento e concretização de um Plano Municipal de Intervenção na Rede Viária de forma a definir hierarquicamente estratégias e prioridades, promovendo maior articulação e conectividade intraconcelhia.

- Promoção e transformação do porto de Sardoura, numa infraestrutura portuária moderna e competitiva, em articulação com as vias de transporte rodoviário que garantem o acesso às principais áreas industriais, bem como do cais de Midões -pesoas-, enquanto princípio para a requalificação da frente ribeirinha.

Castelo de Paiva insere-se na Associação de Municípios do Vale do Sousa, acompanhando as políticas de desenvolvimento desta Região, cada vez mais, com capacidade de se afirmar em contextos territoriais mais amplos.

Contudo, ainda que inserido nesta plataforma de desenvolvimento, o Concelho precisa de uma visão estratégica que promova a sua regeneração territorial, evite as dinâmicas deprimentes e garanta a sua competitividade e atractividade enquanto território para VIVER, TRABALHAR e VISITAR.

Desta forma, Castelo de Paiva deverá marcar a sua posição neste contexto envolvente, apostando nas suas mais-valias, nomeadamente:

- A proximidade imediata ao Rio Douro e a confluência deste com os Rios Paiva e Arda, conferindo à sua Frente Ribeirinha, a Norte, elevado potencial;

- O enquadramento paisagístico e natural do Concelho;

- A existência de produtos e matérias-primas autóctones de qualidade e capazes de ser verdadeiros embaixadores do Concelho;

- A capacidade de acolhimento para novas dinâmicas produtivas associadas não só as condições de atractividade do Concelho, como às próprias infraestruturas de apoio que agora começam a ganhar forma.

2- Promoção da atractividade do território concelhio, não só imediata, mas, e fundamentalmente a longo prazo.

A atractividade dos territórios é determinada por um número muito alargado de factores, como localização, infraestruturas de transporte, qualidade de vida, proximidade a mercados de consumo dinâmicos,... . Para promover um desenvolvimento económico-social sustentável é fundamental:

- Investir na fixação de pessoas - residentes e visitantes - e de empresas, de forma a promover um território para trabalhar e investir, onde são protagonistas as empresas e as iniciativas empresariais propulsoras de uma série de serviços de suporte, capazes de potenciar o crescimento e de gerar efeitos de desenvolvimento.
- Consciencializar para a importância das pessoas enquanto actores indutores de desenvolvimento, dando continuidade à implementação de programas de incentivos para a fixação de iniciativas empresariais – Paivafinincia e redução de taxas -, como também de apoio ao acesso à habitação, bem como ao acesso a equipamentos e serviços de apoio às famílias.

3- Procura de um modelo económico-social associado à facilidade/mobilidade de acesso ao conhecimento e tecnologia em prol da competitividade das actividades económicas do Concelho, desde as actividades primárias, como agricultura – viticultura - e exploração florestal, passando pelas novas indústrias até mesmo às actividades terciárias, capazes de melhor servir os habitantes de Castelo de Paiva.

É fundamental valorizar os recursos humanos do Concelho através da sua qualificação e aposta nos principais sectores da economia local, de forma contextualizada e direccionada, promovendo, em parceria com A Associação Comercial e Industrial de Castelo de Paiva, maior qualidade de oferta através de:

- Reforço do ensino tecnológico e profissional, ainda que associada a instituições de ensino já consolidadas, no sentido de promover, junto da população jovem, um quadro de qualificações e competências profissionais indispensáveis à dinamização das economias emergentes, e enquadradas no território de Castelo de Paiva, nomeadamente as ligadas ao Turismo- agentes hoteleiros e de restauração – e à Viticultura, às Florestas,...;
- Promoção de programas de formação – consultadoria- dirigidos às pequenas e micro empresas do Município, promovendo a sua modernização, qualificação e competitividade;
- Promoção, junto da população jovem, o conceito de empreendedorismo e as suas potencialidades de empregabilidade e importância para o desenvolvimento sustentado do Concelho. O CACE, proveniente da reestruturação da antiga C.J.Clark's, é um dos ninhos empresariais já consolidado no Concelho e que tem vindo a incentivar e apoiar a criação de mini empresas, através de uma gestão cuidada promovida pela ACI;



-Promoção de projectos de educação e formação ligados ao património, cultural e paisagístico do Concelho em prol da sua valorização, recuperação e preservação;

- Promoção de acções no campo da educação e da sensibilização para a necessidade de reaproveitamento de resíduos orgânicos e racionalização da produção de resíduos inorgânicos, dando particular atenção aos impactes das actividades urbanas e industriais sobre as zonas mais sensíveis do ponto de vista ecológico e de maior visibilidade.

Por outro lado, a educação para a valorização energética dos resíduos, constituirá um forte incentivo à reconversão dos recursos energéticos em prol das energias limpas, como a Energia da Biomassa, com forte capacidade de vingar no Concelho pelos recursos florestais que este apresenta.

4-Promoção e afirmação dos recursos endógenos, valorizando os produtos e mais-valias que o Concelho de Castelo de Paiva tem para oferecer.



A regeneração das tradições, das culturas, das próprias vivências, tão vinculadas às características do território, das paisagens e, acima de tudo, da identidade das gentes do Concelho aparecem como vectores para um desenvolvimento sustentável: Desenvolver e otimizar os meios de produção de Vinho Verde, que no Concelho merecem especial destaque, aparecem assim como uma prioridade.

A reconversão da vinha pelos produtores, que mais recentemente passaram a engarrafar a sua produção, foi seguramente uma das grandes mudanças operadas na agricultura no Concelho. Um indicador desta evolução tem sido o crescente número de produtores engarrafadores em actividade, que tinham na Adega Cooperativa o apoio logístico necessário para a produção e comercialização do vinho.

O vinho verde de Castelo de Paiva é exemplo de grande qualidade e reconhecimento, constituindo um notável embaixador do Concelho, resultado de uma actividade vitivinícola que importa desenvolver, conjugando esforços de organização e promoção. A Feira do Vinho Verde, anualmente promovida pela Câmara Municipal e pela Associação de Comerciantes e Industriais do Concelho, é um dos contributos para esse desiderato. Os prémios obtidos são o corolário de um trabalho contínuo, que se desenrola há vários anos, e vêm comprovar as excelentes condições para prática deste segmento da actividade agrícola.

Mas não basta. Há que continuar a investir na qualidade, aumentar a competitividade, ganhar visão de mercado e realçar sempre o factor humano, de forma a dar continuidade à valorização e modernização da produção vitícola, promovendo o produto mais conhecido e premiado da região.

Quando se refere o Vinho Verde, pensa-se em Castelo de Paiva, e, logo, nas pessoas, na dimensão cultural, nas belezas naturais da terra. Os progressos na sua produção, acompanhados da fama que alcança, podem e devem ter um papel estratégico na economia local e constituir um pólo de desenvolvimento do enoturismo, e também um meio divulgação das potencialidades da região, da sua peculiar gastronomia, da sua riqueza cultural e dos seus atractivos naturais e paisagísticos, que potenciam o incremento do turismo da natureza e do turismo rural.

Beneficiando a região de uma localização propícia, arrastando consigo longos anos de história, há que aproveitar as oportunidades de valorizar os recursos patrimoniais, culturais e etnográficos, associá-los a este produto, e de promover esta área do turismo, envolvendo autarquias, adegas, restaurantes, agentes culturais e outras entidades ligadas directamente ou indirectamente aos sectores vitivinícola e turístico.

Neste contexto torna-se fundamental:

- Potenciar infraestruturas de suporte ao sector vitivinícola, que apoiem todo o processo produtivo;
- Incentivar a reestruturação produtiva da Adega Cooperativa de Castelo de Paiva e consequente dinamização, de forma a preservar o papel fundamental que detém para a economia do Concelho e, principalmente, para os produtores de vinho que de si dependem;
- Assegurar um adequado envolvimento nos projectos desenvolvidos pela Comissão de Viticultura da Região dos Vinhos Verdes;
- Promover iniciativas locais, ainda que com uma abrangência nacional, que potenciem as empresas instaladas no Concelho, incrementando o seu posicionamento e notoriedade nos mercados através do:
 - . O acompanhamento, numa lógica de “provedoria”, do sector vitivinícola, em parceria com a ACI
 - . Estreitecer da ligação do sector vitivinícola ao comércio e ao turismo, promovendo a formação enófila das pessoas ligadas ao sector terciário
 - . Promoção do enoturismo no Concelho, dando maior relevância à sua integração nas Rotas de Vinho Verde
 - . Articular as áreas do Concelho destinadas ao sector do vinho com as potenciais áreas turísticas e comerciais do Concelho, promovendo-o enquanto produto identitário

5-Incentivo à diversidade de actividades económicas, premente no eixo de desenvolvimento empresarial e que deverá estar na base da Regeneração Urbana.

Potenciar processos criativos de reciclagem e reaproveitamento de recursos é o ponto-chave para o desenvolvimento de actividades económicas de excelência no Concelho. A sustentabilidade dos processos, de recursos naturais, matérias-primas, mão-de-obra e até mesmo de meios é valorizado enquanto oportunidade de desenvolvimento empresarial.

- O Turismo, enquanto actividade emergente no Concelho, aparece como uma mais-valia para um desenvolvimento sustentável, tendo visíveis reflexos sobre a empregabilidade e até mesmo a imagem da região.

Dada a reduzida capacidade de empreendedorismo da região, torna-se fundamental um esforço significativo do Município para apoiar e potenciar iniciativas empresariais qualificadas, quer através da regeneração dos sectores de especialização tradicional, quer através da aposta em sectores emergentes, o turismo e uma serie de actividades a ele associadas.

Trata-se de um processo estruturado segundo uma rede, não só de carácter local – fomentando, por exemplo, recursos para o apoio a processos de fixação das actividades económicas – mas também a uma escala mais abrangente, estabelecendo contactos privilegiados com as entidades que apoiam o investimento ou até mesmo através da “diplomacia económica”, ao serviço de novas oportunidades de investimento para o Concelho e da busca de novos investidores tanto no País como no estrangeiro.

Em Castelo de Paiva o aproveitamento deste potencial passa necessariamente pela densificação da oferta turística actual, através da transformação dos recursos locais em novos produtos e serviços turísticos, bem como através do enriquecimento e da melhor integração dessa oferta, de forma a aproveitar as potencialidades que o Concelho apresenta a nível paisagístico, ambiental e cultural. Perspectiva-se assim uma maior capacidade de atracção de visitantes.

Para além de um Turismo Rural, associado à própria caracterização paisagística do Concelho, Castelo de Paiva apresenta recursos específicos que possibilitam formas de turismo distintas, através das quais o Concelho poderá afirmar-se. O Vinho Verde, de referência e produzido nas quintas de Castelo de Paiva, e a afirmação dos rios Douro, Paiva e Arda permitem o desenvolvimento do Enoturismo e do Turismo fluvial enquanto ofertas turísticas qualificadas e de excelência.

Com um carácter fortemente transversal a inúmeras actividades, o turismo está associado a domínios distintos, como o Ordenamento do Território, o Desenvolvimento Económico, a Cultura e a Formação, sendo as intervenções nestes campos altamente contributivas para o desenvolvimento e competitividade turística.

Torna-se necessário articular uma série de áreas influentes bem como a mobilização de agentes públicos e privados para o investimento e para a concentração de acções, a qualificação dos destinos – ao nível dos recursos humanos, da informação, da animação e da qualidade urbana – e o reforço do papel do próprio Concelho no quadro geral do destino Douro, em que Castelo de Paiva se insere, bem como nas Rotas do Vinho Verde e do Românico.

Torna-se peremptório promover:

. Uma estratégia de valorização e densificação do produto turístico Castelo de Paiva, da qual se destaca a dimensão paisagística e natural – o Douro, o Paiva, o Arda – e a forte pendente tradicionalista e identitária do Concelho - festas, romarias, gastronomia e vitivinicultura -, bem como de novos produtos turísticos, como o turismo fluvial e de luxo. Para tal, torna-se fundamental organizar, por todo o Concelho, circuitos interligados e capazes de dar a conhecer, articulando Pontos de Chegada e Pontos de Partida.

. Uma formação direccionada para a profissionalização dos recursos humanos inerentes não só ao sector turístico, mas também a todas as actividades que se interseccionam, garantindo a qualidade correspondente aos padrões exigidos.

. A organização e aplicação de sinalética adequada, clara e incisiva, de forma a valorizar os recursos paisagísticos do território, enquanto elementos chave de caracterização do Concelho.

. A modernização do comércio e dos serviços locais, nomeadamente ao nível do alojamento, restauração e comércio especializado, adaptando-os à necessidade de valorização dos produtos do Concelho, bem como às novas exigências de qualidade decorrentes da alteração do perfil do visitante e à necessidade de fazer desta componente da oferta turística um factor de qualificação e diferenciação da mesma.

. O reforço dos sistemas de informação, divulgação, promoção e animação turística de forma a valorizar o produto local, em parceria com a ACI. Trata-se de uma medida direccionada não só para os utilizadores externos - visitantes, media, empresas - mas também para utilizadores internos - operadores turísticos -, enquanto elemento de inteligência de mercado (preparação, ajustamento e monitorização da respectiva actividade).

. A sensibilização da população local para as actividades turísticas, fomentando o contributo populacional na qualificação dos espaços e para um melhor entendimento do papel de cada um na valorização da oferta local e para generalizar a vontade de promover o desenvolvimento do Concelho através da actividade turística.

- O potencial dos Rios, principalmente o Paiva, para actividades desportivas, é também um dos pontos-chave para o desenvolvimento de novas dinâmicas e promoção do Concelho através dos seus recursos naturais. De acordo com o Plano Sectorial da Rede Natura 2000, pretende-se ordenar as práticas de desporto da natureza, promovendo melhores condições de usufruto e práticas desportivas ao longo do Rio Paiva, garantindo, simultaneamente, a preservação dos habitats e vegetação existentes.



Trata-se de uma medida que, mais do que promover a transformação paisagística daquela área protegida, visa uma postura informativa face ao ecossistema que se encontra ao longo do curso do Rio Paiva através de:

- Definição de percursos devidamente sinalizados e articulados com o centro da Vila de Sobrado, de forma a desenvolver novas dinâmicas de conhecimento e incentivo à preservação do ecossistema associado à Bacia do Rio Paiva;
- Promoção, junto das empresas dedicadas a desportos radicais/ aquáticos, dinâmicas e parcerias de fruição do Rio Paiva;

Embora Castelo de Paiva seja uma terra marcada mais pelas histórias da sua gente do que pela História, o grande desenvolvimento autóctone está associado à Exploração Mineira, que, durante a primeira metade do século XX, conduziu à fixação de população em torno do Couto Mineiro do Pejão.

A regeneração destas áreas actualmente desactivadas, através da sua dinamização, passa por actividades lúdicas e turísticas, associadas quer a toda a cultura que representa, quer a novas dinâmicas de utilização do espaço. Só assim poderá ser evitada a degradação de uma das imagens de marca do Concelho. Torna-se então fundamental para a conservação identitária da população que aqui construiu uma nova vida:

- A regeneração dos espaços públicos, de convívio e identitários, em torno dos quais se desenvolveram estas populações;
- O incentivo à reabilitação dos edifícios habitacionais, garantindo melhores condições de habitabilidade e promovendo a recuperação das dinâmicas habitacionais neste local;
- Recuperar os percursos mineiros – linhas férreas e teleférico (Castelo de Paiva -Gondomar) enquanto elementos territoriais capazes de explicar o processo evolutivo associado à exploração mineira no Concelho;

Esta aposta no sector turístico remete para a valorização dos potenciais do território e para a necessidade de (re)qualificar os espaços urbanos, bem como de dinamizar as actividades culturais do Concelho.

Dando azos à magnitude da sua paisagem, pretende-se uma afirmação sustentável do potencial turístico de Castelo de Paiva, em estreita articulação como o reforço e consolidação da sua atractividade residencial, captando novos residentes e relançando vectores para o seu crescimento demográfico.

6-Disponibilizar espaços e recursos para a actividade empresarial como forma de dar resposta a oportunidades de recepção de investimento.

Aproveitar ao máximo as novas oportunidades de acessos que se têm desenvolvido a Poente, fundamentalmente no eixo da variante à EN222, e com impactos relevantes na atractividade dos territórios de proximidade, através de medidas que permitam aumentar e melhorar as condições de acolhimento empresarial no Concelho e continuar a incrementar a sua “competitividade fiscal” face aos concelhos vizinhos:

- A ampliação do Parque industrial de Lavagueiras, já consequente no actual PDM, e as Áreas de Acolhimento Empresarial da Cruz da Carreira e o do Tapado são os principais pólos industriais em estruturação.

Naturalmente, a estas áreas de acolhimento empresarial estará associada a reestruturação da rede viária através do novo IC35, servindo directamente a zona industrial de Cruz da Carreira, e garantindo um melhor acesso à EN 222 e os restantes pólos industriais;

- A reestruturação/ alargamento do porto de mercadorias de Sardoura, bem como das áreas que lhe estão adjacentes, enquanto potenciais espaços para a constituição de uma plataforma logística regional, destinada a vários tipos de mercadorias;

- A conectividade entre o porto de Sardoura e as áreas industriais do Concelho (variante à EN222), já promovida pelo IC35, de forma a garantir melhores condições de acessibilidade/ transporte de matérias-primas e mercadorias às indústrias que se têm vindo a fixar no Concelho;

- Os incentivos à fixação de novas empresas, nomeadamente pela criação de áreas destinadas a Ninhos de Empresas, e da redução de taxas, 50% nas taxas de licenciamento e uma taxa de derrama fixa nos 0%, , promovendo assim maior competitividade fiscal;

- A valorização física e funcional dos mercados municipais enquanto catalisadores das dinâmicas comerciais locais;

- A reutilização comercial através da reconversão dos espaços comerciais devolutos e o combate à sua expansão desordenada e dispersa de forma a reforçar a actividade comercial nos centros das Vilas, garantindo uma maior articulação entre espaços de comércio, lazer, cultura e restauração.

7-Conjugação do “melhor de dois mundos”, tirando partido das dimensões urbana e rural do Concelho.

Promover a liberdade de escolha determinada pela disponibilidade de serviços e oportunidades e pelo dinamismo cosmopolita dos espaços públicos de passeio, lazer e comércio, inerente ao espaço urbano e a qualidade de vida proporcionada pela fruição de uma natureza conservada, em tranquilidade e segurança, sem congestionamentos e em habitats alargados.

Num contexto regional de extrema concorrência, Castelo de Paiva apresenta capacidade para desenvolver condições de atractividade residencial, apostando no que efectivamente é distintivo no Concelho, nomeadamente uma envolvente de aprazibilidade, o desafogo e proximidade à natureza e a segurança e tranquilidade vivencial, contrapondo-se à saturação dos pólos populacionais.

Torna-se então relevante definir o equilíbrio do estilo de vida associado a Castelo de Paiva, na complementaridade entre o conceito de vivência mais urbana oferecida pelas suas Vilas e o conceito de vivência mais rural oferecido na maior parte do território do Concelho. Desta forma é pertinente:

- Fomentar um esforço colectivo para a preservação e valorização da paisagem natural e cultural, regenerando os pólos desqualificados em articulação e inseridos nos meios naturais;
- Incentivar para a diversificação da oferta de padrões e modelos habitacionais, procurando o equilíbrio e manutenção de um ambiente urbano-rural, de forma a adequar as tipologias de habitação existentes às especificidades da população;
- Promover a requalificação dos aglomerados populacionais já fixados no território concelhio, quer a nível de qualificação e caracterização do espaço público, quer da recuperação dos edifícios habitacionais;

8- Um ordenamento habitacional adequado ao perfil da população que se pretende fixar no Concelho, apostando numa maior qualidade de vida associada à inclusão de cultura, lazer, comércio e serviços de apoio à população.

Trata-se de construir um verdadeiro habitat e não apenas um espaço de residência, capaz de contribuir para a inversão das tendências verificadas de envelhecimento e quebra populacional. Pretende-se uma qualificação para o território de Castelo de Paiva onde é preponderante:

- O incremento funcional das Vilas de Castelo de Paiva -Sobrado, Sardoura e Raiva -, através de uma melhor rede de equipamentos (culturais, de lazer e desportivos) e de prestação de serviços à população, bem como a valorização activa das instituições e associações de desenvolvimento presentes no Concelho.

É assim possível uma maior articulação entre as entidades intervenientes no Concelho, conduzindo ao desenvolvimento de um trabalho mais activo e participativo, em prol de uma maior competitividade e qualificação, envolvendo as principais entidades intervenientes no Concelho, como o Município e a ACI;

- O desenvolvimento de projectos para a criação de centralidades qualificadas e associadas a sectores-chave para a competitividade (como será o caso da qualificação do cais de Midões - passageiros- e de Sardoura – mercadoria-, a criação/reestruturação de áreas de acolhimento empresarial ou um projecto de urbanismo comercial associado aos produtos regionais, como o vinho verde e a própria gastronomia);
- A revitalização do tecido comercial do Concelho, enquanto instrumento de atracção de pessoas, capazes de fruir e consumir num espaço com comércio e serviços de qualidade e de apoio às necessidades e exigências actuais, de horários de funcionamento compatíveis com a vida moderna e da requalificação já iniciada nos espaços públicos;
- A componente ambiental, fundamental concluir o processo que tem sido desenvolvido para a densificação dos sistemas de drenagem e tratamento de águas residuais, bem como do próprio abastecimento de água. A execução dos projectos para as ETAR's de Fornos, Sardoura e Pedorido é de extrema relevância para garantir uma melhor qualidade de vida dos habitantes do Concelho, bem como a salvaguarda;
- A oferta de patamares elevados de funções e serviços educativos e de apoio à formação e ocupação das crianças e jovens, bem como o investimento no desporto, cultura e lazer enquanto vectores de um estilo de vida que equilibrado e completo. O investimento na educação e no futuro dos mais novos aparece como meio de combate ao êxodo populacional - fundamentalmente da população qualificada – promovendo o conhecimento, a criatividade e a cultura, bem como a preservação e a valorização do património territorial. É de grande pertinência reforçar os sistemas de transporte escolar, concedendo à população, ainda que dispersa no território, o acesso a uma educação de excelência e inovadora, que permita providenciar um elevado grau de instrução e que dote o território de capital humano qualificado;
- A inclusão de cultura no quotidiano, não só no dos habitantes do Concelho, como também naqueles que o procuram, remetendo para a necessidade de apresentar uma estratégia cultural coesa, capaz de impregnar na população a vontade de consumo e prática de programas culturais de excelência, constituindo:
- Uma alavanca para a dinamização e regeneração do tecido e das praticas sócio-culturais e associativas;
- Uma oportunidade de desenvolvimento de projectos que promovam a valorização e a (re)qualificação dos recursos endógenos do Concelho;
- Um foco de atracção de novos agentes capazes de mobilizar, revitalizar, qualificar e tornar distintos os territórios urbanos e de baixa densidade;
- Um factor de integração destes territórios em espaços abertos de cooperação e partilha de experiências inovadoras;

- Uma solução para a sustentabilidade e qualificação, promovendo as condições para a formação de agentes culturais e dirigentes associativos, para a formação de públicos e para a participação em redes de programação, através do apoio a organizações e agentes culturais;

Trata-se de uma estratégia que pressupõe uma estrutura assente na clareza dos objectivos e critérios de acção, no entendimento dos papéis dos vários intervenientes, na estabilidade e continuidade das medidas e no envolvimento permanente dos agentes intervenientes.

Aqui, a Autarquia tem um papel preponderante criando condições que garantam o melhor acesso à produção e fruição de bens e serviços culturais através da:

- Criação, manutenção e dinamização das infra-estruturas e dos equipamentos culturais, tornando-os aptos para acolher produções culturais das artes do espectáculo com algumas exigências técnicas;
- Interrelação com outras áreas estratégicas de desenvolvimento, como a qualificação dos espaços urbanos ou até mesmo os novos pólos de atracção turística, como por exemplo as novas zonas ribeirinhas e as minas do Pejão, com forte peso sócio-cultural no desenvolvimento do Concelho.

9-Constituição de pólos de lazer e visitação, singulares mas (re)conhecidos.

Responder às necessidades de consumidores informados que pretendam aceder a experiencias enriquecedoras, alternativas à saturação do consumo massificado, nomeadamente pela visitação e fruição turística de um território diferenciado, com um património natural único e com uma dimensão cultural apreciável através:

- Da valorização ambiental e funcional da frente ribeirinha do Rio Douro, e a sua articulação com os afluentes, Paiva e Arda, respectivamente no Cais do Castelo e em Pedorido, dotando-a de maior visibilidade e dinamismo, através de empreendimentos como o integrado no Plano de Pormenor de Boure (Sardoura), perspectivado para uma articulação com toda a frente ribeirinha e promovendo a criação de espaços de fruição e de lazer qualificados, e com a criação de sistemas de mobilidade sustentável -circuitos pedonais, ciclovias -, que se pretendem articulados com, pelo menos, os Centros das Vilas.
- Da (re)qualificação urbanística, com previsão para intervenções ao nível do tratamento de praças e espaços de lazer bem como da qualificação das acessibilidades existentes. A qualidade do espaço público depende das valências e da segurança que este oferece, sendo fundamental para a sua plena fruição:
 - a eliminação de barreiras
 - a iluminação pública
 - medidas de acalmia de tráfego
 - o estado de conservação dos pavimentos
 - O mobiliário urbano
 - a higiene urbana;

- Da valorização da estrutura de verde no Concelho, através da criação de uma rede de verde conectando, através de vias devidamente caracterizadas, os grandes espaços verdes do Concelho - novos parques e existentes, devidamente qualificados. Esta medida prevê uma maior intensidade e qualidade de utilização do espaço público, integrando as valências de recreio e lazer, interagindo com os equipamentos e serviços e até mesmo o próprio comércio e restauração;

- Da regeneração dos centros ditos históricos, quer através da reabilitação do edificado, quer através da requalificação do espaço público em si. Este processo regenerativo está associado a uma série de medidas que inclui:

- A regulação e revitalização do mercado imobiliário, através da agilização dos processos administrativos associados ao planeamento urbano e ao licenciamento;

- A integração dos bairros sociais – Curvite, Póvoa e Raiva - e áreas periféricas no tecido urbano, bem como a regulação eficiente do trânsito, distinguindo vias pedonais de vias destinadas ao trânsito automóvel, e estruturando as áreas de estacionamento;

- A reconversão de espaços cuja funcionalidade já não se adequa às necessidade do quotidiano actual, tendo sempre presente a identidade que os caracteriza;

- A reorganização da circulação, prevendo eixos fundamentalmente pedonais, canais que facilitem a mobilidade -exemplo das ciclovias -e condições adequadas para estacionamento e locais de cargas e descargas

Este processo de regeneração urbana não está direccionado apenas à reabilitação do edificado e do espaço público, implicando também uma série de políticas de incentivo à fixação de actividades comerciais, lúdicas, de serviços, nos centros urbanos. A atractividade destes pólos centrais assenta numa cadeia cíclica, não funcionando se não estiver completa. É fundamental, não só fixar a população nestas áreas já consolidadas como também promover o dinamismo necessário às suas vivências.

Estas linhas estratégicas para a Regeneração do território de Castelo de Paiva estão intrinsecamente associadas à necessidade de promover condições de atractividade no Concelho.

Num contexto crescentemente marcado pela intensidade, imprevisibilidade e complexidade da mudança e portanto, pela emergência permanente de novos riscos e oportunidades, estas linhas vêm definir princípios de acção simples e claros, capazes de assegurar a sustentabilidade do desenvolvimento de Castelo de Paiva.

Contudo, este carácter pró-activo só será viável se estiver associado a uma oferta de serviços e atracções adequada, bem como a um conjunto de infra-estruturas eficientes, articulados com a promoção da imagem do próprio local: não é possível um território alterar as suas condições geográficas, topográficas e biofísicas, contudo, pode alterar o seu conjunto de atracções, criando eventos e locais de animação, museus culturais, etnográficos e temáticos, valorizando os seus recursos identitários e aproveitando as mais-valias que a natureza lhe atribuiu.

Ainda que não consideradas enquanto principais linhas estratégicas, surgem algumas preocupações transversais a todas as áreas aqui abrangidas, como a saúde, a sustentabilidade ambiental e ecológica, a educação e ensino, a mobilidade e até mesmo a coesão social do Concelho que, pela sua abrangência, funcionam como elementos catalisadores do desenvolvimento urbano do Concelho.

Trata-se de um processo extremamente moroso e que exige um grande esforço de planeamento transversal e abrangente, que implica profundas participações dos agentes interventivos do Concelho e que deverá estar associado a uma correcta política de governação territorial, não só local, mas também capaz de articular territórios e populações a uma escala regional e nacional.

3.3.MODELO DE GESTÃO DA ESTRUTURA DE INTERVENÇÃO URBANA

De forma a tornar exequível a Visão Estratégica para o Concelho de Castelo de Paiva, é fundamental desenvolver medidas que se inserem numa perspectiva de gestão urbana integrada, onde predomina o processo coordenado, estratégico e orientado, tendo em conta a permanência, no tempo e no espaço, de algumas políticas municipais de carácter estruturante, bem como as dualidades custos/ benefícios, ou limitações administrativas/ participação focalizada.

Desta forma, de uma visão estratégica é indissociável tanto a necessidade de um diagnóstico prospectivo e caracterizador do território -complementado por uma forte componente de participação e envolvimento dos protagonistas e beneficiários do processo de desenvolvimento e a identificação de projectos estratégicos estruturantes, em curso e de relevância regional e nacional -como a necessidade de um Plano de Acção, capaz de operacionalizar e otimizar a Estratégia definida para a intervenção: através de um conjunto de linhas de acção e do planeamento das operações e projectos, será possível a sua implementação, espelhando os diferentes graus de relevância que engloba, mas revelando o mesmo carácter de proactividade face aos objectivos globais.

O Plano de Acção corresponde à estruturação das actuações que confluem na concretização das linhas estratégicas para o território, dirigida por diferentes actores, públicos e privados, locais e nacionais, e no contexto do qual se sinalizam os projectos potencialmente dominantes e que permitem a concretização dos eixos estratégicos definidos.

A eficácia de uma Visão Estratégica passa não só pela coesão das propostas elencadas e pela interacção dos vários actores institucionais envolvidos, mas também pela articulação com as acções que entretanto têm sido postas em prática, conduzindo a uma série de dinâmicas de valorização do Concelho, tanto da responsabilidade intrínseca do Município, como da Comunidade de Municípios Vale do Sousa, ou até mesmo a Associação Comercial e Industrial do Concelho.

Trata-se pois, de um documento aberto, que se pretende convergente com as necessidades dos habitantes e intervenientes nas vivências do Concelho, onde a participação pública, a articulação com os instrumentos de planeamento e ordenamento territorial –PDM, PU e PP’s-, com os Planos de Actividades e Orçamentos e até mesmo com a Agenda Local, se tornam fulcrais para a sua exequibilidade.

A já prevista revisão do PDM surge assim como medida de base para a implementação de uma nova Visão Estratégica para o Concelho. Enquanto documento inserido no âmbito do planeamento estratégico, o PDM representa o modelo de estrutura espacial que se pretende para o território municipal, vinculando tanto a administração pública como os particulares às linhas estratégicas que se pretendem determinantes no desenvolvimento espacial do Concelho.

Assim, a materialização das linhas orientadoras definidas nesta Visão Estratégia tem, peremptoriamente, que ser consequente e concordante com os planos actualmente vigentes no território concelhio e, de forma ainda mais vinculada, com a revisão do PDM, anulando qualquer risco de incompatibilidade entre estes dois documentos de planeamento e gestão territorial. Num contexto crescentemente marcado pela intensidade, imprevisibilidade e complexidade de mudança e, portanto, pela emergência permanente de novos riscos e oportunidades, só assim será possível assegurar a sustentabilidade do desenvolvimento do Concelho.

Contudo, não é possível dar resposta imediata a todas as medidas propostas, nem elas possuem o mesmo grau de prioridade de intervenção. Desta forma, é fundamental estruturar as actividades da Autarquia, através da identificação de um conjunto de intervenções criteriosamente hierarquizadas. A sua sistematização será fundamentada no âmbito da própria intervenção, bem como na responsabilidade, financiamentos e meios para a sua execução.

Para além das intervenções de exclusiva responsabilidade do Município, assumem particular relevância os investimentos de nível supra-municipal e particulares que abrangem o concelho de Castelo de Paiva, seja porque considerados como necessários a uma efectiva prossecução da estratégia delineada, seja porque nesta fase já estão assumidamente previstos.

Em boa verdade, os problemas e desafios que se põem ao desenvolvimento de Castelo de Paiva, identificados no diagnóstico, encontram maior coesão, coerência e eficácia na articulação e complementaridade de medidas de âmbito local com grandes projectos e investimentos, que desde logo, recentram o território municipal na lógica do desenvolvimento regional e nacional.

É fundamental a inclusão destes projectos num Plano de Acção com objectivos de desenvolvimento local, introduzindo elementos justificativos da sua pertinência e da sua coerência estratégica (ao nível da articulação da escala de actuação local, regional e nacional), capazes de elucidar os decisores públicos relativamente aos impactos potencialmente resultantes da sua execução.

A estratégia delineada para o concelho de Castelo de Paiva beneficia de uma nítida continuidade das intervenções estruturantes que já foram executadas, e de uma articulação cautelosa, porém determinada, entre o processo de planeamento e o processo de operacionalização. Articulam-se, portanto, projectos que estão presentemente em execução com intervenções futuras, bem como com novas directrizes urbanísticas, de forma de concretizar os objectivos estratégicos delineados.

Desta forma, temos como principais intervenções:





4. INTERVENÇÕES PROGRAMADAS



Regeneração urbana do centro de Sobrado



Centro da Vila de Sobrado

1. Regeneração Urbana da Vila de Sobrado

Entidade responsável	CM Castelo de Paiva	Linhas estratégicas de enquadramento <ul style="list-style-type: none">- Promoção da atractividade do território concelhio- Incentivo à diversidade de actividades económicas- Um ordenamento habitacional adequado ao perfil da população que se pretende fixar no Concelho, apostando numa maior qualidade de vida- Constituição de pólos de lazer e visitação, singulares mas (re)conhecidos
Financiamento	Administração Local e QREN	
Prioridade	Elevada	

Objectivo

Recaracterizar o Centro da Vila, mantendo o seu perfil identitário

Dinamizar e revitalizar os núcleos de comércio tradicional e de serviços do Centro

Promover maior vivência e fruição dos espaços públicos através da sua definição enquanto espaços de estar

Reestruturação do trânsito automóvel e pedonal no Centro

Descrição

O Centro da Vila de Sobrado tem vindo a perder a sua identidade, descaracterizado agora pela passagem do tempo, o abandono dos edifícios e as alterações no uso do espaço urbano. O projecto para a regeneração urbana do centro da Vila assenta então na recaracterização dos espaços públicos, bem como na recuperação do edificado existente.

O projecto de regeneração urbana apresenta também um grande enfoque na revitalização dos núcleos de comércio e serviços do Centro da Vila.

Projectos

- Arranjo urbanístico integrado para a Rua Direita, Largo do Conde e Praça da Independência, privilegiando a circulação pedonal e promovendo novas dinâmicas de vivência do espaço urbano;

- Valorização dos elementos identitários da Vila, nomeadamente o Chafariz, a estátua do Conde, a igreja; o cruzeiro;

- Reabilitação do edifício da antiga Cadeia, entendido enquanto edifício identitário e capaz de fomentar novas dinâmicas urbanas;

- Redefinição dos principais arruamentos, praças e largos;

- Reestruturação, regulação e condicionamento dos estacionamento no Centro da Vila de Sobrado;

- Incentivo à recuperação do edificado por parte dos proprietários, fomentando uma maior vivência das áreas centrais da Vila. Numa primeira fase, a nível de intervenção de manutenção/limpeza e redefinição de fachadas e, numa fase mais avançada, através de intervenções de fundo aquando se trate de edifícios com graves problemas estruturais. Nesta perspectiva, as obras serão a cargo dos particulares, havendo disponibilidade de apoio técnico por parte da Administração Local.



Arranjo urbanístico para a Quinta do Pinheiro, Sobrado



Arranjo urbanístico para o Largo de Santa Bárbara, Bairro de Santa Bárbara



2.Requalificação dos Espaços Públicos

Entidade responsável	CM Castelo de Paiva, ACI	Linhas estratégicas de enquadramento <ul style="list-style-type: none">- Promoção da atractividade do território concelho- Promoção e afirmação dos recursos endógenos do Concelho- Incentivo à diversidade de actividades económicas- Disponibilizar espaços e recursos para a actividade empresarial- Conjugação do “melhor de dois mundos”- Um ordenamento habitacional adequado ao perfil da população que se pretende fixar no Concelho, apostando numa maior qualidade de vida- Constituição de pólos de lazer e visitação, singulares mas (re)conhecidos
Financiamento	Administração Local e QREN	
Prioridade	Elevada	

Objectivo

Promover novas dinâmicas de vivências do espaço público

Promover o usufruto de espaços públicos qualificados

Incrementar as actividades de lazer e recreio em ambientes urbanos próprios, qualificados e diversificados

Descrição

Para garantir um bom ambiente urbano é fundamental a criação de uma rede de espaços públicos diversificadamente caracterizada. Uma rede, que engloba não só os pontos-chave de intervenção, mas também todo o sistema viário que garante a sua coligação.

Para além dos arranjos de espaços públicos -execução e calcetamento de passeios e outros percursos, arranjo urbanístico de largos e praças, inclusão de mobiliário urbano, construção e o reordenamento do estacionamento automóvel - é fundamental a inserção de uma rede de espaços verdes que abranja o Concelho.

Pretende-se, através da qualificação do espaço público, democratizar o acesso aos espaços colectivos do Concelho, criando condições para a dinamização dos espaços de lazer do Concelho.

A aposta no desenho urbano de qualidade, garante a melhoria da apazibilidade de uma envolvente urbana integrada na paisagem, permitindo a plena fruição do território. Desta forma, constitui-se aqui um potencial para a afirmação do concelho de Castelo de Paiva.

Projectos

-Arranjo do Parque da Feira enquanto área de lazer, propícia ao desenvolvimento de actividades de apoio à feira quinzenal, bem como de actividades desportivas, culturais e recreativas. Caracterização do espaço através de novas áreas verdes, da plantação de árvores e de mobiliário urbano que o dinamize enquanto espaço de lazer- bancos, papéis, iluminação, grades para bicicletas, bebedouros,...;

- Definição de uma rede de ciclovias e percursos pedonais qualificados que garanta melhores condições de acessibilidade na Vila de Sobrado: arranjo urbanístico para a Quinta do Pinheiro- valorização enquanto principal área verde da Vila - e Vias Principais;

- Definição de uma rede de espaços verdes que qualifique que caracterize o Concelho: parques, parques temáticos, jardins e vias: Plano de verde, pensando nos elementos naturais enquanto parte integrante do espaço, tanto urbano como rural;

- Promoção de centralidades e eixos – Comerciais, de serviços, de lazer -que permitam uma maior estruturação e dinamização do território;

- Fomentar o desenvolvimento de actividades e dinâmicas colectivas de vivência do espaço público;

- Arranjo e manutenção dos espaços públicos do Bairro de Curvite, Póvoa e Raiva;

- Arranjo urbanístico para o Largo de Santa Bárbara, no Bairro de Santa Bárbara, lugar de grandes dinâmicas colectivas, apoiando as lógicas de espaços e equipamentos de proximidade.



Incentivo à recuperação do parque habitacional, Sobrado

Aldeia de Midões, Raiva



3. Fomento à Habitação

Entidade responsável	CM Castelo de Paiva	Linhas estratégicas de enquadramento <ul style="list-style-type: none">- Promoção da atractividade do território concelhio- Um ordenamento habitacional adequado ao perfil da população que se pretende fixar no Concelho, apostando numa maior qualidade de vida
Financiamento	Administração Local e Privados	
Prioridade	Média	

Objectivo

Promover a atractividade residencial da Castelo de Paiva, qualificando os espaços residências;

Promover a reocupação dos edifícios habitacionais no Centro da Vila de Sobrado, actuando, caso necessário, de forma coerciva, em prol da reabilitação dos edifícios degradados e de novas dinâmicas e investimentos particulares e associativos

Dotar o município de instrumentos de planeamento para um crescimento urbano ordenado e coerente

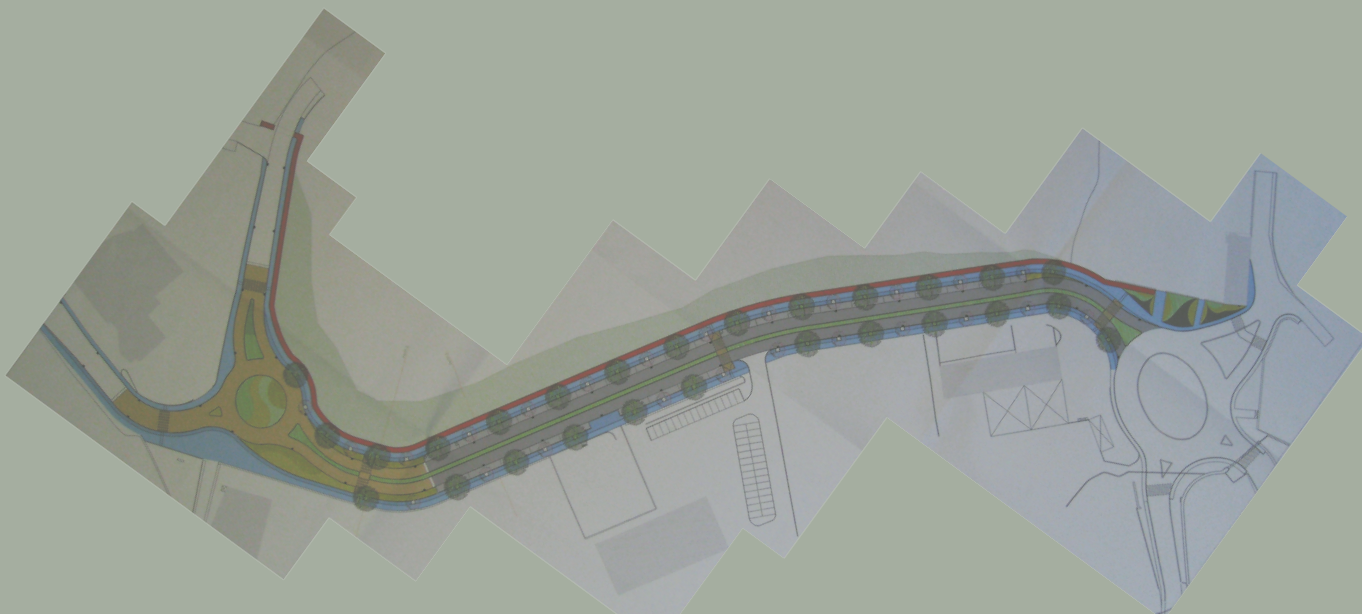
Descrição

A capacidade de atracção de população constitui-se como um dos vectores estratégicos a considerar no processo de desenvolvimento territorial. As condições habitacionais assumem-se, ponderados com outros factores (preço, acessibilidades, localização, etc.), como factores decisivos na efectiva concretização do objectivo supra exposto. O desenvolvimento de uma eficaz política de habitação, associado a um estruturado Plano de Urbanização, representam importantes instrumentos de gestão da malha habitacional.

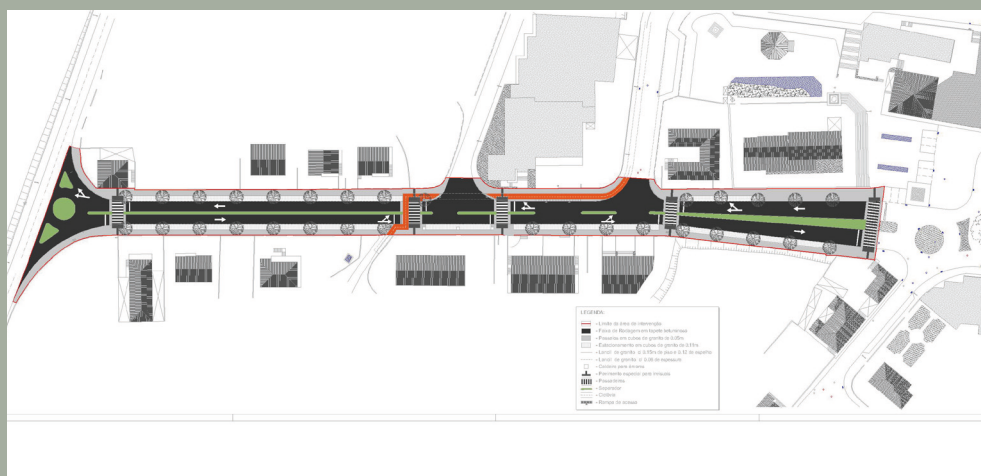
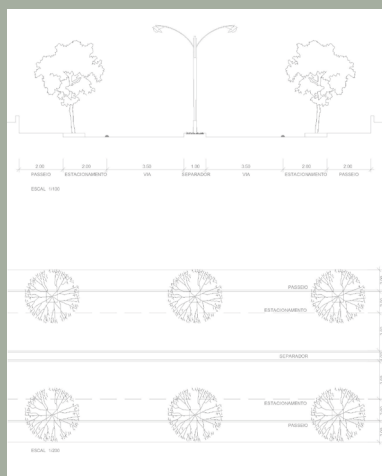
A implementação e o apoio a uma política de incentivos fiscais, como a isenção de várias taxas municipais aplicáveis à edificação, visa tornar mais atractivos os processos de construção, renovação ou reabilitação das edificações e das próprias infraestruturas de apoio.

Projectos

- Política de incentivos fiscais à edificação e principalmente reabilitação;
- Recuperação coerciva de edifícios degradados, promovendo a ocupação dos edifícios no Centro da Vila de Sobrado, contribuindo para o seu repovoamento e rejuvenescimento;
- Infraestruturação das áreas residenciais, criando melhores condições de habitabilidade, não só nas Vilas do Concelho, mas também nas aldeias despovoadas;
- Incentivo ao mercado de arrendamento habitacional, direccionado principalmente para os jovens;
- Dinamização dos bairros de Curvite, Raiva e Póvoa, melhorando as condições de acesso à habitação;
- Revisão do PDM, controlando, de melhor forma, a expansão territorial do Concelho.



Arranjo urbanístico para a Rua D. José da Arrochela, onde é visível um desenho urbano cuidado, assente em elementos caracterizadores do espaço público: zonas asborizadas e novos espaços verdes- rede de VERDE-, percursos pedonais e pavimentados, vias de acesso alternativas- parte da ciclovia que irá servir o centro da Vila de Sobrado



Arranjo urbanístico para a Avenida General Humberto Delgado, prevendo melhores condições de acessibilidade e mobilidade, áreas arborizadas, e parte de uma ciclovia

4. Melhoria das Acessibilidades - Mobilidade interna | Mobilidade externa

Entidade responsável	CM Castelo de Paiva., VALSOUSA- Rota do Românico
Financiamento	Administração Local e Administração Central
Prioridade	Elevada

Linhas estratégicas de enquadramento

- Optimização do posicionamento de Castelo de Paiva na sua relação de proximidade com os grandes centros
- Promoção da atractividade do território concelhio
- Disponibilizar espaços e recursos para a actividade empresarial
- Conjugação do “melhor de dois mundos”
- Um ordenamento habitacional adequado ao perfil da população que se pretende fixar no Concelho, apostando numa maior qualidade de vida
- Constituição de pólos de lazer e visitação, singulares mas (re)conhecidos.

Objectivo

Promover a consolidação de uma rede de acessibilidades interna bem estruturada de forma a garantir um coeso ordenamento territorial

Promover uma expansão territorial já estruturada e com melhor articulação com as acessibilidades externas

Promover níveis de acessibilidades estratégicas nos processos de inserção e consolidação do posicionamento regional

Incrementar novas dinâmicas económicas e de desenvolvimento territorial

Descrição

A conclusão da variante à EN222 bem como o previsto IC35, inseridos no Plano Rodoviário Nacional são fundamentais para a inserção de Castelo de Paiva nas redes regional e nacional da mobilidade rodoviária, agora mais coesa com a conclusão da A41 e do IC32, e com especial expressão no seu desenvolvimento residencial, empresarial e logístico.

Estes acessos assumem uma nova relevância no âmbito territorial da Área Metropolitana do Porto, garantindo uma maior proximidade ao próprio centro urbano do Porto, bem como ao Aeroporto Sá Carneiro e ao porto de Leixões.

Associado a esta rede viária externa torna-se fundamental a articulação destes eixos com uma rede de acessibilidades interna bem estruturada e desenvolvida.

Por outro lado, pela sua topografia e expressão territorial, Castelo de Paiva apresenta uma configuração dispersa, assumindo ainda maior relevância a necessidade de uma rede de acessibilidades articulada e eficaz, capaz de promover novas dinâmicas quer populacionais, quer económico-sociais.

Projectos

- Estruturação e concretização de um plano de intervenção na rede viária: hierarquização – renovação, pavimentação, infraestruturação e arranjo -das vias;
- Redesenho de vias de forma a melhor se adaptarem aos meios de transporte e funções actuais – raios de curvatura, estacionamento, passeios, largura de via, transposição de cotas...;
- Criação de vias de acesso alternativas nos pólos de maior dinamismo do Concelho, como as ciclovias, de forma a promover novos meios de acessibilidade, mais limpos e eficazes. Numa segunda fase prevê-se a articulação não só dentro dos núcleos das Vilas de Sobrado, Sardoura e Raiva, mas também a articulação entre eles;
- Requalificação das principais vias de acesso às vilas do Concelho, promovendo novas dinâmicas de fruição e apropriação dos espaços públicos: Avenida General Humberto Delgado, Rua José Estevão, Rua Emídio Navarro, Rua D. José da Arroche-la, Recta da Lama,...
- Programação de sinalética adequadamente pensada não só para os habitantes do Concelho, mas também para aqueles que o procuraram para visitar e investir;
- Sensibilizar as entidades competentes para a construção do IC35 e conclusão da variante à EN222 e reorganização da rede viária interna para que seja possível a articulação com os traçados previstos;
- Melhoramento da ligação das zonas industriais (variante à EN222) ao porto comercial de Sardoura.

Incentivo à renovação e reinvenção do comércio tradicional



5. Revitalização do Comércio Local

Entidade responsável	CM Castelo de Paiva, ACI	Linhas estratégicas de enquadramento
Financiamento	Administração Local, ACI, Urbcom e Privados	- Promoção da atractividade do território concelhio - Promoção e afirmação dos recursos endógenos do Concelho - Incentivo à diversidade de actividades económicas - Conjugação do “melhor de dois mundos”
Prioridade	Média	- Um ordenamento habitacional adequado ao perfil da população que se pretende fixar no Concelho, apostando numa maior qualidade de vida - Constituição de pólos de lazer e visitação, singulares mas (re)conhecidos.

Objectivo

Dinamizar a renovação funcional de comércio e outras funções terciárias no Centro das Vilas de Sobrado, Sardoura e Raiva; Promover o empreendedorismo privado e a criação de um ambiente económico favorável a novos investimentos e iniciativas;

Modernizar as actividades tradicionais com viabilidade económica e abertura de novas actividades terciárias, de comércio e novos serviços avançados, geradoras de maior valor e inovação;

Promover os produtos e a mão-de-obra endógenos, aproveitando os recursos que o Concelho tem para oferecer.

Descrição

De forma a dinamizar o comércio tradicional e a valorizar os produtos/ produção local, pretende-se fomentar e alertar para a necessidade de criar espaços apelativos, capazes de reavivar a vivência dos comércio locais.

Pretende-se desenvolver um trabalho em conjunto com a Associação de Comerciantes de Castelo de Paiva de forma a devolver ao Centro da Vila as facilidades e dinâmicas que outrora conhecera, dando maior solidez à dinâmica de renovação comercial do Centro de Castelo de Paiva através da promoção do empreendedorismo e de um clima económico favorável, junto dos comerciantes e demais particulares.

A reformulação funcional do Mercado Municipal procura também um novo enquadramento formal e funcional deste espaço, que se pretende mais presente não só no quotidiano dos habitantes de Castelo de Paiva, mas também para aqueles que aqui procuram conhecer o que o Concelho tem para oferecer.

Projectos

- Renovação funcional de comércio e outras funções terciárias do centro da Vila: dinamização dos espaços públicos;
- Fomento de uma maior atractividade dos espaços comerciais tradicionais: incentivo à aposta numa imagem mais apelativa para os espaços comerciais, quer pela sua apresentação física, quer pela selecção e apresentação de produtos;
- Liberalização das regras de instalação das actividades comerciais e apoio à instalação de formatos inovadores, desde que estes se mostrem adequados;
- Favorecimento da articulação entre comércio, restauração e lazer/ cultura;
- Incentivo à reabilitação física das lojas e espaços comerciais mais degradados e até mesmo devolutos;
- Incentivo à utilização do mercado e feiras municipais;
- Dinamização dos espaços do Mercado Municipal, aproximando os espaços destinados aos processos criativos e os de venda de produtos;
- Aposta na promoção dos produtos endógenos.



Equipamentos e iniciativas concelhias

6. Dinamização dos Equipamentos Públicos e da Oferta Formativa

Entidade responsável	CM Castelo de Paiva	Linhas estratégicas de enquadramento <ul style="list-style-type: none">- Promoção da atractividade do território concelhio- Procura de um modelo económico-social associado à facilidade/mobilidade de acesso ao conhecimento e tecnologia- Conjugação do “melhor de dois mundos”- Um ordenamento habitacional adequado ao perfil da população que se pretende fixar no Concelho, apostando numa maior qualidade de vida
Financiamento	Administração Local, Administração Central, QREN	
Prioridade	Média	

Objectivo

Contribuir para que o Concelho se abra à contemporaneidade e integre programas culturais diversificados e actuais;

Promover a diversidade e complementaridade na oferta desportiva, educativa e de formação;

Desenvolver sistemas de ensino e formação articulados, vocacionados para os diferentes segmentos sociais, desde a pré-escolar até à formação exigida para o desenvolvimento de actividades económicas específicas ;

Criação de dinâmicas culturais permanentes;

Promover espaços de excelência para a prática desportiva e de lazer, garantindo maiores níveis de coesão e atractividade territorial, inserindo o Concelho na rota dos destinos do turismo desportivo -desportos radicais.

Descrição

A componente de serviços e equipamentos constitui-se como elemento básico a considerar ao nível da coesão, qualidade de vida e atractividade territorial. A estruturação de um eixo estratégico que vise o desenvolvimento da atractividade habitacional de Castelo de Paiva passa pela modernização das instalações escolares e pela capacidade e diversidade da oferta cultura, enquanto formação complementar, do conhecimento e da abertura a novas formas de saber - mais relevante para a consolidação de um Concelho onde vale a pena viver - quer na capacidade de preservar, difundir e promover as tradições, a cultura e os saberes locais.

Destaca-se também a necessidade de qualificação dos recursos humanos, no sentido de uma adequação de oferta formativa às exigências do mercado de trabalho e ao perfil produtivo do Concelho, garantindo mais e melhores condições de oferta produtiva.

Por outro lado, enquanto Concelho para Viver, Castelo de Paiva deverá promover um estilo de vida saudável, associado ao desporto, enquanto actividade formativa e educativa, complementar às práticas de lazer da população em geral.

Projectos

- Desenvolvimento de uma estratégia de articulação entre o ensino e as actividades culturais desenvolvidas no Concelho de forma a democratizar o acesso à formação complementar;
- Apoiar e incentivar a produção cultural junto das associações, colectividades e instituições, fomentando uma população cultivada e proactiva;
- Dinamizar os espaços culturais com programas de âmbito quer local, quer nacional, fomentando a necessidade de cultivo nos habitantes do Concelho;
- Promover uma melhor articulação entre as redes de equipamentos, quer culturais, como desportivos, através da dinamização de redes de complementaridade;
- Reestruturação dos Agrupamentos Escolares do Couto Mineiro e de Castelo de Paiva;
- Promover cursos de formação qualificante na área de comércio, turismo e viticultura;
- Reabilitação das piscinas municipais;
- Promoção das actividades e desportos radicais desenvolvidos no Rio Paiva;
- Criação de Circuitos de Manutenção ao longo dos espaços verdes da Vila.
- Promover melhores condições de acesso à, e de, prática desportiva, através do melhoramento dos equipamentos desportivos



Aterro sanitário de Penafial, onde são depositados os resíduos do Concelho, Ambisousa



ETA de Castelo de Paiva, Águas de Douro e Paiva

7.Melhoria da Prestação dos Serviços de Redes de Infra-Estruturas municipais

Entidade responsável	CM Castelo de Paiva, Valsousa, Águas Douro e Paiva, Simdouro	Linhas estratégicas de enquadramento <ul style="list-style-type: none">- Promoção da atractividade do território concelhio- Procura de um modelo económico-social associado à facilidade/mobilidade de acesso ao conhecimento e tecnologia- Conjugação do “melhor de dois mundos”- Um ordenamento habitacional adequado ao perfil da população que se pretende fixar no Concelho, apostando numa maior qualidade de vida
Financiamento	Administração Local, QREN, Águas de Douro e Paiva	
Prioridade	Elevado	

Objectivo

Garantir uma rede de infraestruturas coesa e dotada de maior eficácia e equidade, capaz de servir a população concelhia, ainda que distribuída de forma dispersa no território

Descrição

A melhoria da prestação de serviços e das redes de infraestruturas visam a modernização e o acesso generalizado das populações, genericamente dispersas no território, ao saneamento básico, à água canalizada, à recolha de lixos, à distribuição de electricidade e iluminação pública. Inscrevem-se nesta operação, os projectos que visam a salvaguarda ambiental dos recursos naturais do Concelho como o abastecimento de água, o tratamento de águas residuais, a recolha selectiva e tratamento diferenciado de resíduos urbanos, industriais e florestais.

Projectos

- Construção das ETAR's de Fornos, Sardoura e Pedorido;
- Optimização dos recursos inerentes à recolha dos resíduos sólidos;
- Substituição dos fontanários- redes únicas de abastecimento- de forma a garantir maior acesso a uma melhor qualidade da água;
- Controlo e sensibilização para um menor desperdício de água potável, tanto ao nível das entidades públicas como dos particulares;
- Construção, reparação e beneficiação das redes de esgotos, iluminação pública e abastecimento de água;
- Construção de canil municipal.



CACE empresarial, Castelo de Paiva



Futura Área de Acolhimento Industrial da Cruz da Carreira, Castelo de Paiva

8. Criação de Novas Áreas Industriais

Entidade responsável	CM Castelo de Paiva, ACI	Linhas estratégicas de enquadramento <ul style="list-style-type: none">- Optimização do posicionamento de Castelo de Paiva na sua relação de proximidade com os grandes centros urbanos- Promoção da atractividade do território concelhio- Procura de um modelo económico-social associado à facilidade/mobilidade de acesso ao conhecimento e tecnologia- Promoção e afirmação dos recursos endógenos do Concelho- Incentivo à diversidade de actividades económicas- Disponibilizar espaços e recursos para a actividade empresarial
Financiamento	Administração Local, QREN	
Prioridade	Elevado	

Objectivo

Colmatar as insuficiências existentes no concelho de Castelo de Paiva, bem como nos concelhos vizinhos, de oferta ao nível de acolhimento empresarial;

Fomentar a empregabilidade e um desenvolvimento económico sustentável no Concelho;

Promover os recursos do concelho de Castelo de Paiva, quer ao nível de matéria-prima, como de mão-de-obra.

Descrição

Com forte propensão para o sector da transformação, Castelo de Paiva tem fomentado o desenvolvimento de novas empresas e a sua fixação no Concelho em prol de um desenvolvimento económico sustentável, capaz de melhorar as condições sociais dos seus habitantes, mas nunca deixando de preservar as suas condicionantes ambiente-territórias.

As novas áreas industriais estarão em articulação com as já existentes, através do eixo viário da Variante à EN222. Por outro lado, as suas localizações estarão em proximidade com o futuro IC35, garantindo melhores condições de acessibilidade e conectividade, tanto ao porto de Sardoura, como aos Concelhos vizinhos.

Projectos

- Dar continuidade a iniciativas como a Paivafinincia, de forma a melhorar os níveis de empreendedorismo do Concelho e potenciar o aparecimento, em escala, de iniciativas empresariais qualificadas, quer no sector de especialização tradicional quer em novos e inovadores sectores, capazes de fomentar um desenvolvimento económico sustentável;
- Promover condições de atractividade para a fixação empresarial, através da optimização de incentivos, de áreas devidamente infraestruturadas, equipadas e geridas - papel relevante da ACI- , de formações profissionais e direccionadas para o mercado de trabalho, de publicidade às novas produções,..
- Promover políticas de gestão vocacionadas para a dinamização do CACE enquanto área de excelência para a criação de novas actividades empresariais.
- Programação da Área de Acolhimento Empresarial da Cruz da Carreira em articulação com o traçado do futuro IC35 e respectivos nós de acesso;
- Programação da Área de Acolhimento Empresarial do Tapado



Sistema de produção de Energia a partir da Biomassa



9. Valorização dos Recursos Florestais

Entidade responsável	CM Castelo de Paiva	Linhas estratégicas de enquadramento <ul style="list-style-type: none">- Promoção e afirmação dos recursos endógenos do Concelho- Incentivo à diversidade de actividades económicas
Financiamento	Administração Local, Associação Florestal do Vale do Sousa, Particulares	
Prioridade	Médio	

Objectivo

Implementar uma estratégia para uma eficiência energética e reutilização de recursos, fixando, por exemplo, produções de energia alternativas como a Energia da Biomassa, (re)aproveitando os recursos florestais do Concelho;

Valorizar e reabilitar os espaços naturais do Concelho, promovendo a sua sustentabilidade ecológica e ambiental

Descrição

Grande parte do território de Castelo de Paiva insere-se em terreno florestal, sendo de grande relevância a exploração dos recursos florestais que este tenha para oferecer: a extensa mancha florestal que tipifica este território oferecendo importantes oportunidades de consolidação do posicionamento de Castelo de Paiva, enquanto Concelho direccionado para novas formas de exploração florestal, como a produção de Energias, por exemplo de Biomassa.

A necessidade crescente de encontrar formas de energia alternativas, limpas e que não consumam os recursos ambientais está, cada vez mais, na ordem do dia, sendo uma das apostas para o Município.

Por outro lado, não é possível ignorar que a flora e fauna naturais são o que garantem a qualidade paisagística deste território, sendo crucial para Castelo de Paiva saber proteger estes valores naturais.

A sensibilização para a questão ambiental passa, em grande medida, pela divulgação e interpretação do legado ambiental do Concelho, incutindo aos actores interventivos princípios de gestão, protecção e renovação ambiental.

Projectos

- Incentivar novas dinâmicas de produção de energia no Concelho, nomeadamente ao nível da Energia da Biomassa
- Valorizar as grandes áreas de Reserva Ecológica Nacional(REN) e Reserva Agrícola Nacional (RAN) enquanto mais-valias ambientais e naturais do Concelho;
- Incentivar à reflorestação selectiva de espécies adequadas ao ecossistema dominante;
- Alertar para a necessidade de preservação e reutilização dos recursos naturais e ambientais.



Foz do Rio Arda, Pedorido, Castelo de Paiva



Cais de Midões, Rio Douro, Castelo de Paiva



PP de Bours, Castelo de Paiva



Cais do Castelo, Rios Douro e Paiva, Castelo de Paiva



Rio Arda, Castelo de Paiva



Rio Paiva, Castelo de Paiva



10. Qualificação da frente ribeirinha do Concelho

Entidade responsável	CM Castelo de Paiva	Linhas estratégicas de enquadramento <ul style="list-style-type: none">- Optimização do posicionamento de Castelo de Paiva na sua relação de proximidade com os grandes centros urbanos - Optimização do posicionamento de Castelo de Paiva na sua relação de proximidade com os grandes centros urbanos- Promoção da atractividade do território concelhio- Promoção e afirmação dos recursos endógenos do Concelho- Incentivo à diversidade de actividades económicas- Conjugação do “melhor de dois mundos”- Constituição de pólos de lazer e visitação, singulares mas (re)conhecidos
Financiamento	Administração Local, Administração Central, Particulares	
Prioridade	Elevada	

Objectivo

Estruturar e qualificar a frente ribeirinha do concelho de Castelo de Paiva, criando uma nova centralidade regional associada à sua localização e frente do Rio Douro

Ordenar e organizar actividades associadas ao aproveitamento dos cais fluviais, transformando os recursos existentes em novos produtos

Caracterizar a área ribeirinha enquanto áreas de lazer e de fruição qualificadas – acessibilidades, transportes, sinalética, equipamentos de apoio – de forma a promover novas vivências colectivas destas áreas de particular enquadramento paisagístico-ambiental

Descrição

Num contexto de afirmação do Douro como destino turístico de excelência, revela-se fundamental que os factores imateriais associados à sua oferta turística apresentem maiores níveis de qualificação.

Este projecto pretende valorizar um dos recursos turísticos mais relevantes e característicos de Castelo de Paiva (a sua paisagem), transformando-o num produto, acessível e devidamente organizado, através de um conjunto de acções que visam melhorar e qualificar as condições operacionais e de comodidade para a actividade turística fluvial e, simultaneamente criar condições para que os habitantes e visitantes fruam esta nova área de lazer.

Entendendo a frente ribeirinha como um espaço também de chegada, de apresentação, pretende-se uma intervenção, ainda que a longo prazo, em toda a faixa marginal urbana e parque ribeirinho do Douro através da criação de espaços de fruição qualificados – zonas verdes, equipamentos desportivos e de espectáculo, zonas de bares/restauração, qualificação dos cais de passageiros e dos de mercadorias, ciclovias e percursos pedonais.

Projectos

- Alargamento do porto comercial de Sardoura de forma a optimizar o seu funcionamento e estabelecer novas relações com as áreas produtivas do Concelho

- Qualificação do Cais Fluvial de Midões enquanto espaço de lazer e fruição, não só para aqueles que vêm visitar o Concelho, mas fundamentalmente para aqueles que aqui vivem e carecem de espaços caracterizados e promotores de novas vivências colectivas

- Promoção do Cais de Acostagem das Fontainhas, de carácter turístico e associado ao empreendimento turístico Douro 41;

- Qualificação do Cais fluvial do Castelo enquanto área de Lazer e propícia à pratica desportiva;

- Articulação entre todos estes pontos de caracterização da frente ribeirinha Douro, dando particular relevância à foz do Rio Arda- Praia fluvial de Pedorido- e à foz do Rio Paiva, na zona do Castelo, onde se encontra a Ilha dos Amores e o Castelo. São de particular relevância questões como as acessibilidades, os transportes, a sinalética e os equipamentos de apoio;

- Divulgar e criar documentos informativos capazes de apresentar e orientar a fruição do Douro.



Projecto para a Loja Interativa de Turismo, Castelo de Paiva



Barragem do Seixo



Monte de São Domingos, Castelo de Paiva



Douro 41, Empreendimento Turístico, Castelo de Paiva



11. Promoção turística do Concelho

Entidade responsável	CM Castelo de Paiva, ERT PNP	Linhas estratégicas de enquadramento <ul style="list-style-type: none">- Optimização do posicionamento de Castelo de Paiva na sua relação de proximidade com os grandes centros urbanos - Optimização do posicionamento de Castelo de Paiva na sua relação de proximidade com os grandes centros urbanos- Promoção da atractividade do território concelhio- Promoção e afirmação dos recursos endógenos do Concelho- Incentivo à diversidade de actividades económicas- Conjugação do “melhor de dois mundos”- Constituição de pólos de lazer e visitação, singulares mas (re)conhecidos
Financiamento	Administração Local, QREN, Particulares, FEDER	
Prioridade	Elevada	

Objectivo

Promover produtos e eventos tradicionais de Castelo de Paiva, diversificando a oferta turística do Concelho;

Promover a atractividade do Concelho;

Dinamizar a execução de uma estratégia de marketing territorial;

Promover iniciativas que incrementem a visitação turística, actuando ao nível dos elementos que integram a sua oferta complementar (acessibilidades, transportes, sinalética e equipamentos de apoio);

Contribuir para o reforço da identidade do Concelho.

Descrição

A promoção de um território atractivo para novos habitantes, visitantes e investidores, implica um compromisso institucional na programação de actividades, na publicitação e promoção das marcas distintivas e diferenciadoras do Concelho e na defesa dos valores que constituem a sua matriz identitária. Nesta operação incluem-se os projectos de sinalética, organização e promoção de actividades sócio-culturais e turísticas, programas que visam a qualificação e promoção do turismo no Concelho e acções de comunicação e marketing territorial. A consolidação da marca distintiva e identitária de Castelo de Paiva implica a promoção do “tradicional” e a inclusão de inovação nas metodologias de projecção do território para o exterior. O projecto consiste em estruturar, ao longo de todo o Concelho, um conjunto de percursos de relevante valor paisagístico e identitário, abrangendo quer as áreas ribeirinhas, quer as áreas da Cordilheira montanhosa que separam Castelo de Paiva de Arouca e que incluirão pontos de interpretação da paisagem e outros recursos naturais e patrimoniais, bem como espaços de descanso/lazer. Pretende-se densificar a oferta turística local, ordenar fluxo de visitantes e contribuir para a sua maior permanência no Concelho. Simultaneamente, será possível enriquecer a própria experiência de visita, potenciando alguns dos factores identitários. Este projecto articular-se-á com outros previstos em prol da valorização territorial.

Projectos

- Promover produtos e eventos tradicionais, nomeadamente a Feira do Vinho Verde, as Marchas de S. João;
- Integrar uma Loja Interactiva de Turismo em Castelo de Paiva, de forma a promover, de uma forma lúdica e formativa, o Concelho enquanto destino turístico no antigo edifício da Cadeia;
- Desenho de itinerários turísticos a criar e/ou requalificar, inserindo pequenas áreas de apoio e descanso, bem como de pequenos equipamentos de lazer e fruição - miradouros, áreas de repouso, ..., valorizando o património natural do Concelho;
- Produção de material informático como mapas, compilações de informação relativa ao Concelho, indicações de alojamento e restauração, compras, ...
- Projectos de sinalética de âmbito turístico, associados a uma imagem identitária do Concelho;
- Incentivo à requalificação hoteleira;
- Fomentar a fixação de segmentos distintos na oferta hoteleira, desde parques de campismo- associados ao património natural do Concelho- e pousadas da juventude, a empreendimentos de luxo que agora começam a dinamizar a frente ribeirinha do Concelho;
- Promover uma animação cultural diversificada, atractiva e de excelência;
- Dinamizar os programas culturais de natureza popular (Marchas, festas, romarias).



Festa do Vinho Verde, Castelo de Paiva



Quinta de produção vitícola, Bairros, Castelo de Paiva

Adega Cooperativa de Castelo de Paiva



12. Estratégia de Apoio à dinamização da Viticultura

Entidade responsável	CM Castelo de Paiva	Linhas estratégicas de enquadramento <ul style="list-style-type: none">- Optimização do posicionamento de Castelo de Paiva na sua relação de proximidade com os grandes centros urbanos- Promoção e afirmação dos recursos endógenos do Concelho- Incentivo à diversidade de actividades económicas
Financiamento	Administração Local, Particulares	
Prioridade	Elevada	

Objectivo

Contribuir para a defesa da sustentabilidade económica da produção vitícola;

Apoiar a investigação e certificação dos processos da cadeia produtiva, modernizando as empresas dos sectores implicados do ponto de vista da qualificação física, funcional, da gestão e dos recursos humanos, atraindo investimentos inovadores e criando empregos;

Criar e projectar para o exterior um conjunto comercial e de promoção de excelência, associado à fileira do Vinho Verde, e também da gastronomia e produtos regionais

Descrição

O concelho de Castelo de Paiva apresenta uma estrutura produtiva marcada também por actividades do sector primário, ainda que de carácter de minifúndio. Contudo, a produção de Vinho Verde tem algum dinamismo que sustenta a fama que o Vinho Verde de Castelo de Paiva tem.

A cultura do vinho, um produto do território constitui, sem dúvida, uma imagem que merece ser valorizada e afirmada, enquanto embaixador da região.

Por outro lado, trata-se da promoção de um projecto colectivo em prol da valorização de um produto local, capaz de fomentar o desenvolvimento económico-social, não só da produção de Vinho Verde, mas também de uma série de actividades que a ele se podem associar: turismo, comércio, gastronomia,

Projectos

- Reestruturar a Feira do Vinho Verde para que tenha uma maior divulgação a nível nacional, e englobando uma série de actividades complementares que permitam dar a conhecer aquilo que de melhor o Concelho apresenta;
- Fomentar a divulgação e o fácil acesso ao produto Vinho Verde ao longo de todo o ano, incrementando a sua venda em locais de comércio tradicional e, simultaneamente, dinamizando o próprio comércio local;
- Fomentar, junto dos produtores, dinâmicas de divulgação – marketing - e comercialização do Vinho Verde;
- Incentivar a reestruturação funcional da Adega Cooperativa enquanto pólo de produção vitícola e divulgação do Vinho Verde, bem como elemento identitário do Concelho;
- Fomentar o desenvolvimento de programas estruturados para visitas e estadias em quintas e unidades de turismo rural ligadas à produção do Vinho Verde, em prol de uma melhor integração de Castelo de Paiva nas Rotas do Vinho Verde.



Infraestruturas existentes associadas à Exploração
Mineira, Castelo de Paiva



13. Circuito temático das Minas do Pejão

Entidade responsável	CM Castelo de Paiva	Linhas estratégicas de enquadramento <ul style="list-style-type: none">- Optimização do posicionamento de Castelo de Paiva na sua relação de proximidade com os grandes centros urbanos- Promoção da atractividade do território concelhio- Procura de um modelo económico-social associado à facilidade/mobilidade de acesso ao conhecimento e tecnologia- Promoção e afirmação dos recursos endógenos do Concelho- Incentivo à diversidade de actividades económicas- Constituição de pólos de lazer e visitação, singulares mas (re)conhecidos
Financiamento	Administração Local, Particulares	
Prioridade	Média	

Objectivo

Contribuir para divulgação e preservação dos elementos que construíram a história de Castelo de Paiva, bem como as culturas e tradições que se foram desenvolvendo no Concelho;

Promover o desenvolvimento turístico do Concelho, qualificando a experiência de visita proporcionada;

Diversificar a oferta turística do Concelho

Descrição

Este projecto pretende valorizar, enquanto recursos turístico, um dos principais factores de relevância no desenvolvimento demográfico de Castelo de Paiva, transformando-o num produto, acessível e devidamente organizado.

A exploração mineira foi um dos motores para que, na década de 40, o Concelho recebesse novas dinâmicas demográficas que não podem ser esquecidas com o cessar da actividade mineira.

Enquanto factor identitário, a actividade mineira tem que ser valorizada e preservada através de dinâmicas de divulgação, reaproveitamento e preservação das áreas que construíram as estórias da população paivense.

Projectos

- Criação de uma Rota temática associada ao processo de extracção mineira, tendo por base os meios e percursos desenvolvidos pelos mineiros: a recuperação das linhas férreas utilizadas para a extracção do Carvão enquanto percursos temáticos e a articulação com os diferentes núcleos do percurso;

- Valorização do núcleo museológico das Minas do Pejão através da sua dinamização e da consolidação da Casa da Malta enquanto espaço museu;

- Recuperação do teleférico que garantia o transporte do Carvão para a margem norte do douro – Gondomar -, inserindo-o no circuito temático das Minas do Pejão

FICHA TÉCNICA

REGENERAÇÃO URBANA

Uma visão estratégica para Castelo de Paiva

Outubro | 2011



Câmara Municipal de Castelo de Paiva

Coordenação Global

José Manuel Carvalho

Divisão de Planeamento, Urbanismo e Habitação, DPUH

Coordenação do Estudo: Manuela Maria Gomes Moreira

Equipa técnica: Daniela Alves Ribeiro, Manuela Maria Gomes Moreira